

Relatório de Análise da Atividade Bancária

Associação Portuguesa de Bancos

2022 | Anual



Índice

Nota Introdutória	4
Sumário Executivo	5
I. Enquadramento Macroeconómico	7
II. Análise das Instituições Financeiras Associadas	11
III. Recursos Humanos	13
III.1. Evolução	13
III.2. Atividade de formação	16
IV. Indicadores de Cobertura Bancária	19
IV.1. Rede de balcões em Portugal	19
IV.2. Sucursais e escritórios de representação no exterior	25
IV.3. ATMs e <i>homebanking</i>	26
IV.4. POS	27
V. Análise de <i>performance</i>	29
V.1. Análise de balanço	29
V.2. Análise da demonstração de resultados	44
V.3. Análise fiscal e parafiscal	52
VI. Análise de solvabilidade	55
VII. Indicadores de Produtividade	57
VIII. Análise da Atividade Internacional	62

Nota Introdutória

O Relatório de Análise da Atividade Bancária é uma publicação da Associação Portuguesa de Bancos (APB) que analisa, em termos agregados, a atividade bancária desenvolvida pelas instituições financeiras suas associadas (IFs)¹. A 31 de dezembro de 2022, a APB representava 24 Associados, dos quais faziam parte 29 instituições financeiras, representando 95,8% do valor total do ativo bancário consolidado português.

A análise efetuada no Relatório de Análise da Atividade Bancária abrange a atividade desenvolvida em Portugal e no estrangeiro (através de sucursais e escritórios de representação) pelas instituições financeiras (bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo) que integram o conjunto de Associados da APB e tem por base um agregado de informação, de carácter financeiro e não financeiro, obtido pelo somatório simples das demonstrações financeiras individuais e de outros indicadores de cada uma das instituições. Em relação à atividade internacional e solvabilidade, a análise efetuada tem por base dados consolidados.

Adicionalmente, as análises efetuadas centram-se na atividade bancária de 2022, numa base comparativa com o triénio anterior. Em conjunto com a presente publicação é disponibilizada, em formato excel, a informação agregada, de carácter financeiro e não financeiro, das instituições financeiras que integram o conjunto de Associados da APB.

O Relatório de Análise da Atividade Bancária referente a 2022 baseia-se na informação apresentada por 21 Associados (26 instituições financeiras). Sempre que a análise apresentada se baseie num número de Associados diferente da amostra, essa situação é devidamente indicada.

¹ Ao longo do Relatório de Análise da Atividade Bancária a referência a Instituições Financeiras diz respeito aos Bancos associados da APB.

Sumário Executivo

Em 2022, o crescimento do PIB mundial registou um abrandamento significativo, tendo caído de 6,0%, em 2021, para 3,1%. Neste ano, a atividade económica global desenvolveu-se num contexto de persistentes tensões geopolíticas, face aos efeitos da invasão da Ucrânia pela Rússia, taxas de juro mais elevadas e aumento de turbulência nos mercados financeiros internacionais, nomeadamente relacionada com eventos que afetaram bancos nos EUA e na Suíça.

Este ano ficou também marcado pelo acentuar de pressões inflacionistas tendo a taxa de inflação média anual global acelerado de 3,5%, em 2021, para 8,3%, em 2022. Para combater a tendência ascendente dos preços, os bancos centrais – com exceção do Banco Popular da China – aumentaram a restritividade da política monetária, iniciando também, no caso da Reserva Federal do EUA e do Banco de Inglaterra, a redução do balanço após a implementação dos programas de compra de ativos que tinham sido criados para apoiar a economia na pandemia (*Quantitative Tightning*).

Os principais índices acionistas encerraram o ano em queda enquanto as *yields* da dívida pública registaram uma tendência marcadamente ascendente. No mercado cambial, o Euro apreciou-se ligeiramente face ao conjunto de moedas dos principais parceiros comerciais. Já no mercado interbancário, as taxas as taxas Euribor deixaram de registar valores negativos e fecharam o ano a subir entre 247 p.b. (Euribor 1m), para 1,884%, e 379 p.b. (Euribor 12m), para 3,291%.

A economia portuguesa registou um crescimento de 6,7%, em termos reais, em 2022 (5,5% em 2021), contrariando a tendência de desaceleração da economia global. O aumento do PIB resultou do contributo positivo tanto da procura interna, com destaque para o Consumo Privado, como da procura externa líquida, devido ao crescimento das Exportações de Serviços (55,7%), em resultado da recuperação da componente de Viagens e Turismo, e das Exportações de Bens. O Índice de Preços no Consumidor (IPC) manteve a trajetória ascendente registada na segunda metade de 2021, evidenciando apenas um abrandamento nos últimos dois meses do ano. A variação média anual do IPC subiu de 1,3%, em 2021, para 7,8%, em 2022, influenciada pela subida da inflação subjacente e também pela aceleração dos preços dos produtos alimentares não transformados e dos produtos energéticos. Por sua vez, a taxa de desemprego manteve a tendência decrescente do ano anterior, situando-se em 6,0%, tendo as remunerações subido 8,4% e a produtividade do trabalho aumentado 2,7%. O mercado acionista português não acompanhou a tendência global descendente tendo o PSI-20 subido 2,8% e atingido o pico de valorização de 14,0% em junho. Por sua vez, a *yield* das Obrigações do Tesouro a 10 anos, no mercado secundário, acompanhou a tendência global e fechou o ano a subir 311 p.b., para 3,60% no final do ano.

Apesar dos choques adversos muito significativos que se verificaram recentemente, com impacto negativo nas perspetivas de crescimento económico, o sector bancário demonstrou uma forte solidez e resiliência e continuou a responder de forma eficiente às necessidades de financiamento da economia. Efetivamente, a rendibilidade do sistema bancário nacional continuou a registar sinais de melhoria refletindo, essencialmente a evolução positiva da margem financeira, devido ao contexto de subida rápida das taxas de juro, e a redução muito significativa no fluxo de provisões e imparidades, que haviam sido constituídas para acomodar os efeitos da pandemia. Esta performance verificou-se

apesar do contexto extremamente desafiante do ponto de vista económico, regulamentar e concorrencial, e que no caso português, está ainda sujeito a um conjunto de condicionantes que não se colocam aos seus pares europeus, o que corresponde a uma situação fortemente distorciva, nomeadamente devido à proibição de cobrança de comissões nas operações em Multibanco; à Contribuição sobre o Sector Bancário, ao Adicional de Solidariedade e às contribuições para o Fundo de Resolução Nacional, em acréscimo às contribuições para o Fundo Único de Resolução, e à morosidade dos processos judiciais de recuperação de crédito e de insolvência.

Em contraste com o crescimento verificado nos dois anos anteriores, o ativo agregado das instituições financeiras registou uma redução de 3,5% face a 2021, totalizando cerca de 369 mil milhões de euros, tendo apenas a rubrica dos empréstimos registado uma subida. Os empréstimos a clientes (valores brutos) aumentaram 2,0% face a 2021, com os empréstimos a Empresas e Administração Pública a apresentarem uma redução marginal de 0,2%, enquanto os empréstimos a particulares para habitação e para o consumo e outros fins subiram 4,0% e 0,7%, respetivamente. Apesar do contexto de aumento das taxas de juro, que decorreu do início do processo de normalização da política monetária, não se assistiu a uma deterioração da qualidade dos ativos. O rácio de NPL manteve a trajetória descendente que se vem registando desde 2016 e situou-se em 3,6%. Apesar deste rácio continuar num nível considerado ainda elevado face à média da Área do Euro, que atingiu 1,8% em dezembro de 2022, os progressos conseguidos na sua redução têm sido muito significativos. Por sua vez, o rácio de NPL líquido de imparidades situou-se em 1,5%, estando em linha com a média da Área do Euro. Adicionalmente, verificou-se um aumento da cobertura por imparidades, tendo o respetivo rácio aumentado 3,5 p.p., para 57,8%, e continuando a comparar favoravelmente com a média da União Europeia.

A evolução do passivo traduziu um aumento expressivo dos depósitos de clientes (+5,6% face a 2021) que continua a ser a principal fonte de financiamento do sistema, e representando cerca de 70,8% das responsabilidades totais do sector. As mudanças na política monetária, para fazer face à subida da inflação, traduziram-se no aumento das taxas de juro que tiveram como consequência uma redução significativa do financiamento junto do Eurosistema (-61,8% face a 2021) que passou a representar 5,0% dos depósitos que compara com 13,2% em dezembro de 2021.

Em termos de solvabilidade, o rácio CET1 agregado situou-se em 15,8%, e o rácio de solvabilidade total em 18,5%, ambos ligeiramente superiores aos rácios apurados no ano anterior.

I. Enquadramento Macroeconómico

Em 2022, a evolução da atividade económica global foi fortemente afetada pelos efeitos da invasão da Ucrânia pela Rússia, sobretudo devido à importância dos dois países na produção de matérias-primas energéticas e alimentares.

O crescimento do PIB mundial registou um abrandamento significativo, tendo caído de 6,0%, em 2021, para 3,1%, em 2022. As principais economias registaram um abrandamento e a Rússia entrou mesmo em recessão (-2,1%).

A taxa de inflação média anual global aumentou de 3,5%, em 2021, para 8,3%, em 2022. A inflação homóloga subiu durante quase todo o ano e registou apenas um ligeiro abrandamento em alguns países no último trimestre. A China foi a exceção nesta tendência, tendo registado uma inflação média anual de 1,9%, pouco acima do valor homólogo (0,8%) e abaixo do objetivo (em torno de 3%).

A elevada subida dos preços dos produtos energéticos e alimentares foi a principal responsável pelo aumento inicial da inflação.

O preço do petróleo iniciou o ano ligeiramente abaixo dos \$80/barril, mas subiu para valores acima de \$120/barril em março e em junho, ainda que tenha fechado o ano com aumentos homólogos mais modestos, de 6,1% no caso do *WTI* e 10,5% no caso do *Brent*. O preço do gás natural também subiu, em especial na Europa, onde registou um preço anual médio de 133/MWh, que corresponde a uma variação média anual de 179%, tendo registado um valor máximo de cerca de 340€/MWh em agosto.

O Índice de Preços de Alimentos da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) registou uma taxa de variação média anual de 14,3%, com destaque para as componentes de laticínios (19,5%) e cereais (+17,9%). Quanto à evolução mensal, verificou-se uma forte subida do Índice no primeiro trimestre, essencialmente devido às componentes de cereais e óleos. No terceiro trimestre verificou-se uma estabilização, que foi seguida por uma redução gradual no segundo semestre, tendo este índice fechado o ano ligeiramente abaixo do valor homólogo (-1,4%), devido à componente de óleos (-19,0%), que foi a única a registar uma redução.

Para combater a tendência ascendente dos preços, os bancos centrais – com exceção do Banco Popular da China – aumentaram a restritividade da política monetária, iniciando também, no caso da Reserva Federal do EUA e do Banco de Inglaterra, a redução do balanço após a implementação os programas de compra de ativos que tinham sido criados para apoiar a economia na pandemia (*Quantitative Tightning*). A liderar o aperto monetário estiveram o Banco Central do Brasil (+450 p.b. para 13,75%), a Reserva Federal dos EUA (+425 p.b. para 4,25-4,5%) e o Banco do Canadá (+400 p.b. para 4,25%). Em sentido inverso, devido ao baixo nível de inflação e ao abrandamento económico, o Banco Popular da China optou por descer os juros em 15 p.b. para 3,65%. Por sua vez, o Banco Central Europeu subiu os juros em 250 p.b. para 2%.

Os mercados financeiros evidenciaram, em 2022, uma tendência de queda, mas com algumas exceções. Nos mercados acionistas, os principais índices negociaram em queda durante grande parte do ano e assim o encerraram. A fechar o ano com as maiores quedas estiveram os índices Shanghai Shenzhen CSI 300 (-21,6%), S&P 500 (-19,4%) e Euro STOXX 50 (-11,7%). A exceção foi o Bovespa (com uma valorização de 4,7%), o BSE Sensex 30 (com uma subida de 4,4%) e o FTSE 100 (com um aumento

de 0,9%). No mercado cambial, o Real evidenciou uma das melhores performances do ano, ao apreciar 15,8% face à Libra Esterlina, 11% face ao Euro e 5,2% face ao Dólar americano. Também o Dólar americano se apreciou significativamente, com o U.S. Dollar Index a fechar o ano a subir 7,9%. O Euro também apreciou ligeiramente (1,4%) face ao conjunto de moedas dos principais parceiros comerciais. Uma das moedas com pior performance foi o Yen japonês, que se depreciou 14,6% face ao Dólar americano e 7,5% face ao Euro, em virtude da manutenção da política de controlo da curva de *yields* por parte do Banco do Japão. As *yields* da dívida soberana a 10 anos no mercado secundário exibiram uma tendência marcadamente ascendente, com o *Bund* alemão a fechar o ano a subir 274 p.b. para 2,56%, o *Gilt* britânico 270 p.b. para 3,67% e o *Treasury* americano 233 p.b para 3,83%.

Economia Portuguesa

A economia portuguesa registou um crescimento de 6,7%, em termos reais, (5,5% em 2021), contrariando a tendência de desaceleração da economia global. O nível pré-pandemia foi superado logo no primeiro trimestre, onde o PIB cresceu 2,3% em cadeia, tendo depois abrandado para crescimentos de 0,1%, 0,5% e 0,5%, respetivamente, nos restantes trimestres. Em face do contexto inflacionário, o PIB aumentou 11,4% em termos nominais (7,1% no ano anterior) e o deflator implícito do PIB acelerou para uma taxa de variação de 4,4% (1,5% em 2021).

De acordo com o INE, o aumento do PIB resultou do contributo positivo tanto da procura interna (+4,7 p.p.) – com destaque para o Consumo Privado (+3,8 pp.) – como da procura externa líquida (+2,0 p.p). O Consumo Privado das famílias cresceu 5,9% suportado por aumentos de 11,6% no segmento de Bens Duradouros e de 6,6% nos Serviços, apesar da redução de 2,3% no consumo de Bens Alimentares. Por sua vez, o Investimento cresceu 3,1%, impulsionado por todas as componentes, com destaque para *Equipamento de Transporte* (+9,4%), *Outras Máquinas e Equipamentos e Sistemas de Armamento* (+5,7%), *Produtos de Propriedade Intelectual* (3,3%) e *Construção* (+1,0%, com o segmento *Habituação* a crescer 3,7%). A taxa de investimento² na economia manteve-se nos 20,3% em 2022, dado que os aumentos, em termos nominais, da Formação Bruta de Capital Fixo e do PIB foram semelhantes.

As Exportações de Bens e Serviços aceleraram e cresceram 33,8% (em valor), devido ao crescimento tanto das Exportações de Serviços (55,7%), em resultado da recuperação da componente de Viagens e Turismo, que aumentou cerca de 110%, como das Exportações de Bens (25,5%).

O Valor Acrescentado Bruto (VAB) subiu 6,5%, em volume (5,5% em 2021). Todos os ramos de atividade contribuíram positivamente para este crescimento, com exceção da *Agricultura, silvicultura e pesca* (-5,3%). Destacam-se as evoluções dos ramos Comércio e reparação de veículos; Alojamento e restauração e Transportes e armazenagem; Atividades de informação e comunicação, que aumentaram ambos 15,1% (6,2% e 10,3%, respetivamente, em 2021). Os Impostos líquidos de subsídios sobre os produtos aumentaram 9,2% (7,5% no ano anterior).

Em 2022, o Índice de Preços no Consumidor (IPC) manteve a trajetória ascendente registada na segunda metade de 2021, registando apenas um abrandamento nos últimos dois meses do ano. A variação média anual do IPC subiu de 1,3%, em 2021, para 7,8%, em 2022, com o indicador de inflação subjacente, que exclui produtos alimentares não transformados e energéticos, a evidenciar também uma tendência de subida, de 0,8%, em 2021, para 5,6%, em 2022. O aumento da taxa de variação do

² Medida pelo rácio entre a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) e o PIB nominal.

IPC foi influenciado pela subida da inflação subjacente e também pela aceleração dos preços dos produtos alimentares não transformados e dos produtos energéticos, que registaram variações médias anuais de 12,2% e 23,7% (0,6% e 7,3% em 2021), respetivamente.

A taxa de desemprego manteve a tendência decrescente, tendo caído para 6,0% (-0,6 p.p.) em 2022, apesar de se ter fixado em 6,6% no quarto trimestre (+0,2 p.p. em termos homólogos). A taxa de subutilização do trabalho³ também baixou (-1,2 p.p.), para 11,4% (11,7% no quarto trimestre). O emprego total medido em termos de horas trabalhadas aumentou 2,9% (3,1% em 2021) e o emprego medido em número de indivíduos subiu 1,5% (2,0% no ano anterior), tendo as horas trabalhadas aumentado 3,7% (2,6% no ano anterior), refletindo o aumento no número de horas trabalhadas por indivíduo, em consequência do incremento da atividade económica no período pós-pandemia.

As remunerações apresentaram um crescimento de 8,4% em 2022 (7,2% no ano anterior), que resultou do aumento de 2,5% do número de indivíduos remunerados e de 5,7% da remuneração média, valores ligeiramente superiores aos observados em 2021 (2,0% e 5,1%, respetivamente).

Em 2022, a produtividade do trabalho aumentou 2,7% (2,8% em 2021), o que resultou de um aumento de 6,5% do VAB e de 3,7% do emprego, medido em horas trabalhadas. A produtividade do trabalho com base no número de indivíduos subiu 4,8% (3,5% no ano anterior), uma vez que o emprego medido em horas trabalhadas aumentou mais intensamente do que o medido em número de indivíduos (1,5%).

O país registou uma necessidade líquida de financiamento de 0,6% do PIB, após a capacidade de financiamento de 0,9% registada no ano anterior. Esta evolução ficou a dever-se à subida da Poupança Bruta (7,9%) inferior ao aumento da Formação Bruta de Capital (11,5%). A situação das Famílias foi a que mais se degradou, com a capacidade de financiamento a cair para 0,5% do PIB (3,4% em 2021), acompanhada por uma redução da taxa de poupança de 9,9% para 6,1% do rendimento disponível bruto.

Nas finanças públicas, o saldo orçamental melhorou significativamente, apesar de se ter mantido em terreno negativo, fixando-se em -0,4% do PIB (-2,9% em 2021), em resultado do aumento da receita total (10,2%) superior ao aumento da despesa total (4,4%). A evolução da receita beneficiou da recuperação económica e do mercado de trabalho pós-pandemia, acentuado pelo contexto inflacionista, destacando-se as subidas da receita fiscal (16,6%), das contribuições sociais (8,5%) e das vendas (11,6%). Do lado da despesa salienta-se a diminuição dos subsídios (-40,4%) e dos encargos com juros (-9,4%). Neste contexto, o rácio de dívida pública retomou a trajetória descendente, fixando-se em 112,4% do PIB no final de 2022 (124,5% no ano anterior).

Em 2022, os *ratings* de crédito da República Portuguesa foram revistos em alta por parte da maioria das agências especializadas. As agências DBRS, S&P e Fitch subiram o *rating* para A (low), BBB+ e BBB+, respetivamente, depois da Moody's, ainda em 2021, ter subido para Baa2. A *yield* das Obrigações do Tesouro a 10 anos, no mercado secundário, acompanhou a tendência global e fechou o ano a subir 311 p.b., para 3,60%. Apesar desta evolução, o custo do *stock* de dívida direta do Estado caiu para 1,7% (1,9% em 2021). Já no mercado acionista, o PSI-20 não acompanhou a tendência

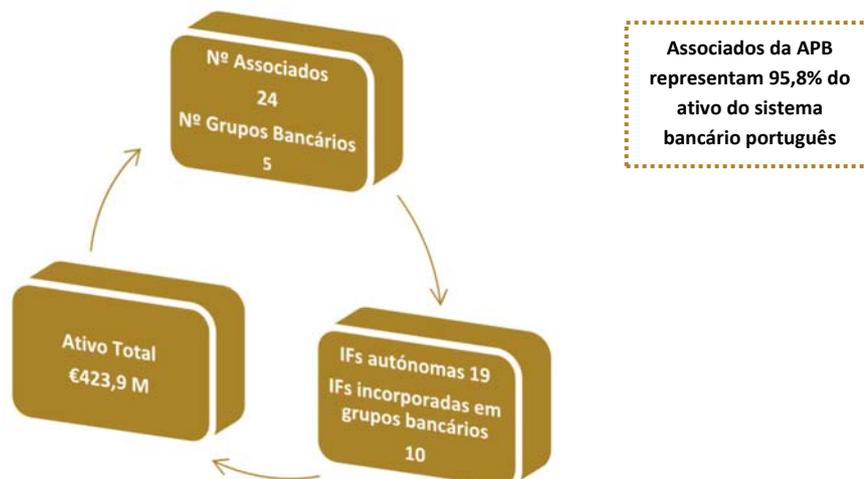
³ Indicador que agrega a população desempregada, o subemprego de trabalhadores a tempo parcial, os inativos à procura de emprego, mas não disponíveis e os inativos disponíveis, mas que não procuram emprego.

descendente e voltou a fechar o ano em alta, desta vez de 2,8%, tendo registado um pico de valorização de 14,0% em junho.

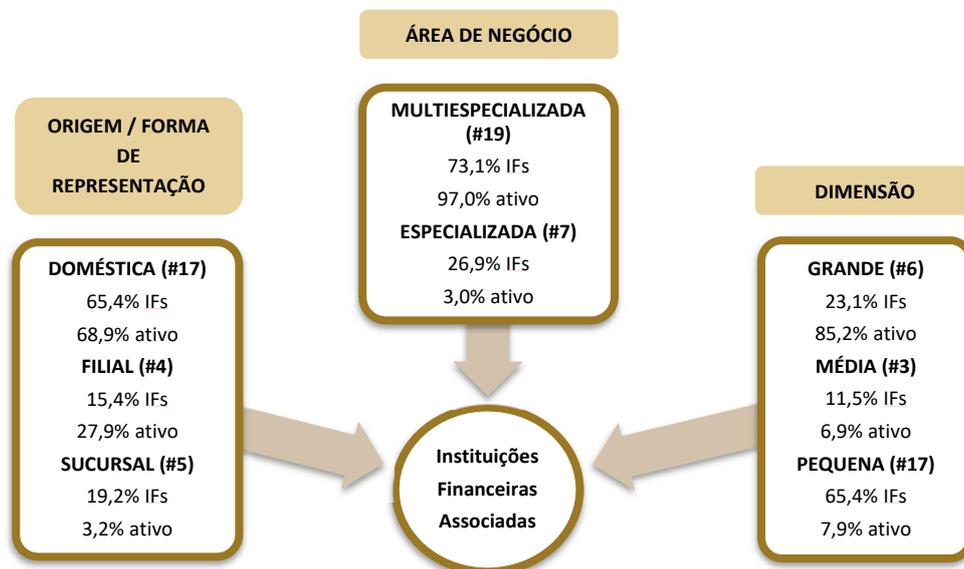
II. Análise das Instituições Financeiras Associadas

A 31 de dezembro de 2022, a APB tinha 24 Associados, dos quais faziam parte 29 instituições financeiras, que representavam 95,8% do ativo consolidado do sistema bancário português.

Figura 1: Caracterização dos Associados da APB⁴



Fonte: APB, Banco de Portugal. Dados referem-se a 31 de dezembro de 2022 e baseiam-se na informação relativa à totalidade dos Associados da APB. Dados consolidados.

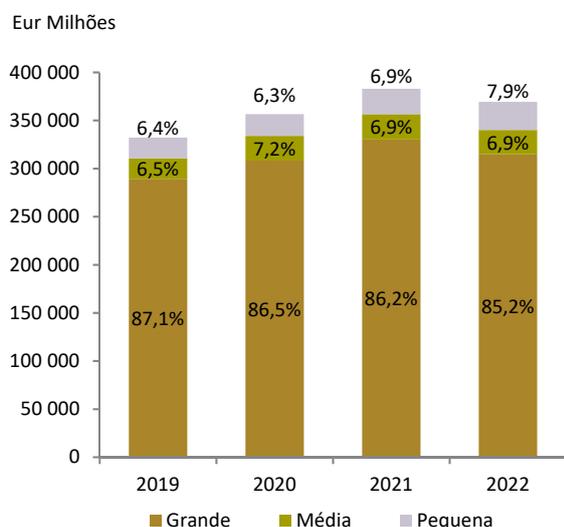


Fonte: IFs, APB. Dados referem-se a 31 de dezembro de 2023 e baseiam-se na informação apresentada por 21 Associados (26 instituições financeiras).

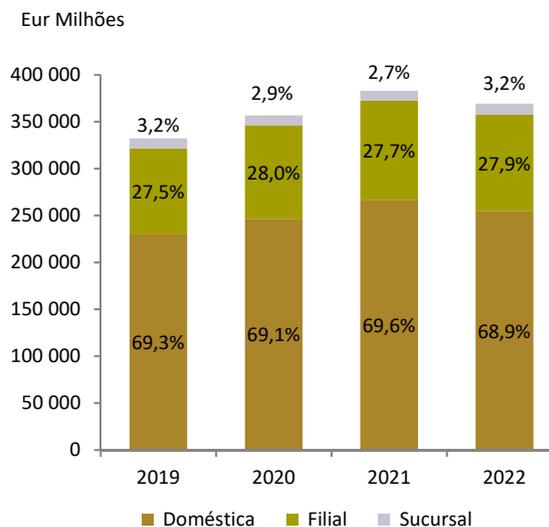
⁴ Instituições financeiras de grande dimensão representam 5% inclusive ou mais do ativo agregado; de média dimensão, representam entre 1% e 5%, e de pequena dimensão representam 1% inclusive ou menos do ativo agregado. A área de negócio das instituições financeiras é classificada como “Especializada” quando estas últimas se dedicam, numa base exclusiva ou maioritariamente, a uma das seguintes atividades: crédito ao consumo, crédito imobiliário, crédito automóvel, ou banca de investimento. Nos restantes casos, a área de negócio é classificada como “Multiespecializada”.

Gráfico 1: Evolução do ativo agregado

a) Por dimensão



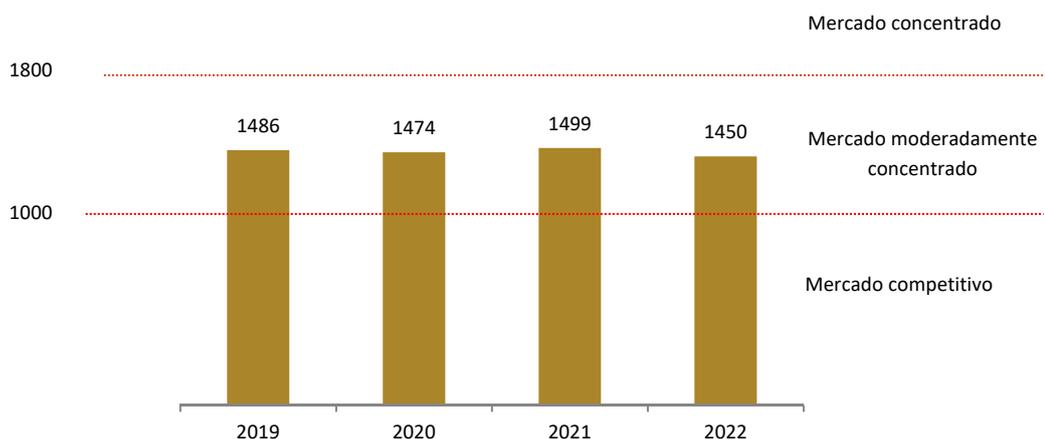
b) Por origem/forma de representação legal



Fonte: IFs, APB.

De acordo com o índice de *Herfindahl-Hirschman*⁵, o mercado é moderadamente concentrado (1.450), tendo diminuído 49 pontos face ao ano anterior.

Gráfico 2: Índice de Herfindahl



Fonte: IFs, APB.

⁵ Este índice foi obtido por via do somatório do quadrado das quotas de mercado, medidas em termos de ativo, das 26 instituições financeiras da amostra. Regra geral, um valor para o índice abaixo de 1000 indica pouca concentração, entre 1000 e 1800 concentração moderada, e acima de 1800 concentração elevada.

III. Recursos Humanos

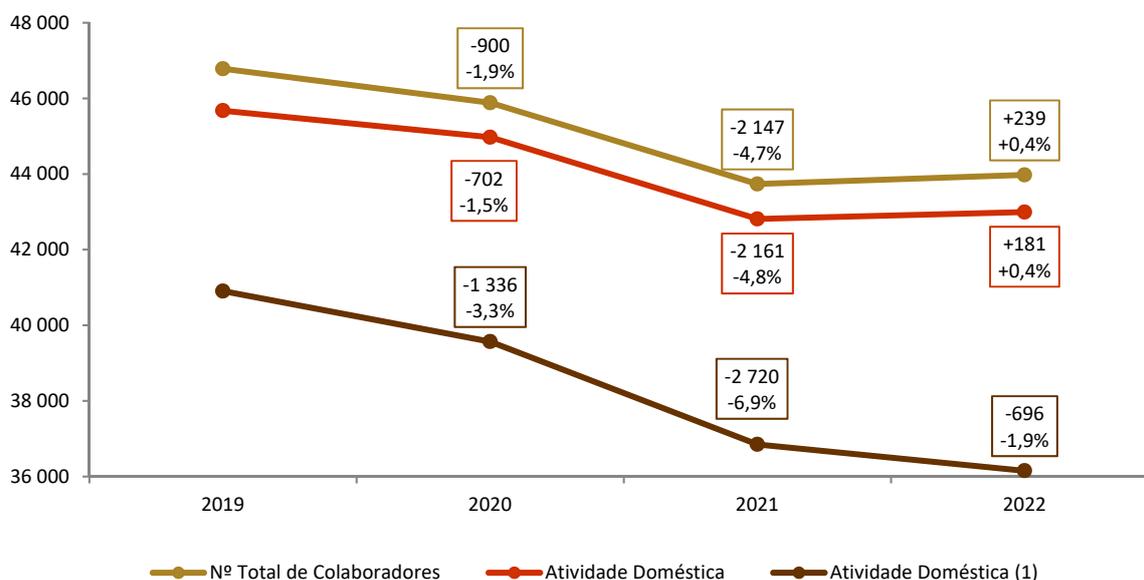
III.1. Evolução

Em 2022, os Associados da APB empregavam 43.975 colaboradores, o que representa um aumento de 239 empregados face a dezembro de 2021. Do total de colaboradores, 42.993 desempenhavam funções afetas à atividade doméstica, totalizando cerca de 1% da população empregada total. Face a 2021, na atividade doméstica registou-se um crescimento homólogo de 181 colaboradores e, na atividade internacional, 58 colaboradores.

À semelhança dos anos anteriores, os dados relativos aos recursos humanos encontram-se influenciados pela realidade distinta de um Associado, com uma natureza de negócio muito específica, que tem continuado a proceder à contratação de pessoal. Excluindo a contribuição desse associado, o número de colaboradores teria sofrido uma redução de 1,9% (ou 696 colaboradores).

A evolução dos recursos humanos do sector bancário tem refletido a necessidade de resposta a desafios estruturais colocados pela digitalização, inovação tecnológica, maior nível de concorrência, e riscos acrescidos do ponto de vista operacional, como o cibercrime e o branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo.

Gráfico 3: Evolução do número total de colaboradores e variação percentual anual



(1) Excluído um Associado cuja natureza da atividade é muito específica.
Fonte: IFs, APB.

Em 2022, verificou-se uma redução do peso dos colaboradores com funções de chefia, por contrapartida do aumento dos colaboradores que desempenham funções administrativas. Adicionalmente, à semelhança dos anos anteriores, verificou-se:

- i) Um aumento da representatividade do género feminino, que já representa mais de 51% do total de colaboradores, sendo este peso ligeiramente superior à media nacional (cerca de 50%), e cerca de 40% das funções de chefia do setor;
- ii) Um aumento da representatividade dos escalões de idade mais elevada (com idade igual ou superior a 45 anos) para 55,9%, acima da média nacional (51,3%);
- iii) Um ligeiro aumento da idade média dos colaboradores, que passou de 49,5 para 49,9 anos;
- iv) Um aumento do peso dos colaboradores com formação académica superior, que subiu de 68,4% para 69,4%, e que compara com 33% para o mercado de trabalho nacional;
- v) Uma redução do peso de colaboradores afetos à área comercial, que caiu de 54,0% para 51,1%.

Especificamente, no final de 2022, do total de colaboradores afetos à atividade doméstica das instituições financeiras associadas:



51,4% eram colaboradores do género feminino (50% em termos nacionais) e cerca de 40% ocupa cargos de chefia.



55,9% pertenciam ao escalão etário com idade igual ou superior a 45 anos (51,3% em termos nacionais)

Idade média dos colaboradores: 49,9 anos

Antiguidade média dos colaboradores: 20,8 anos



58,2% trabalhavam no sector há mais de 15 anos



69,4% tinham habilitações literárias de nível superior (33% em termos nacionais)



51,2% exerciam funções específicas



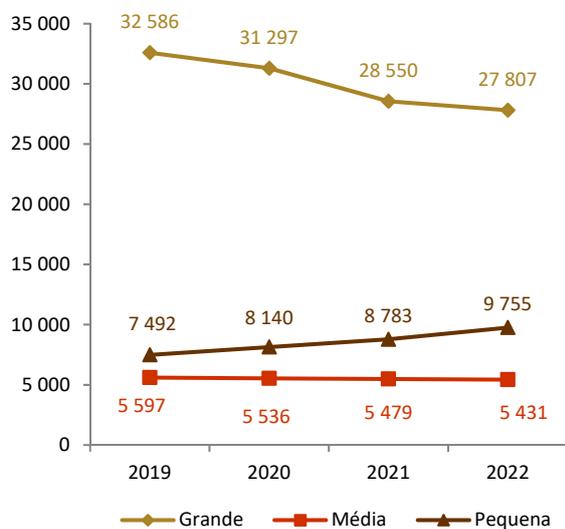
51,1% desempenhavam funções na área comercial



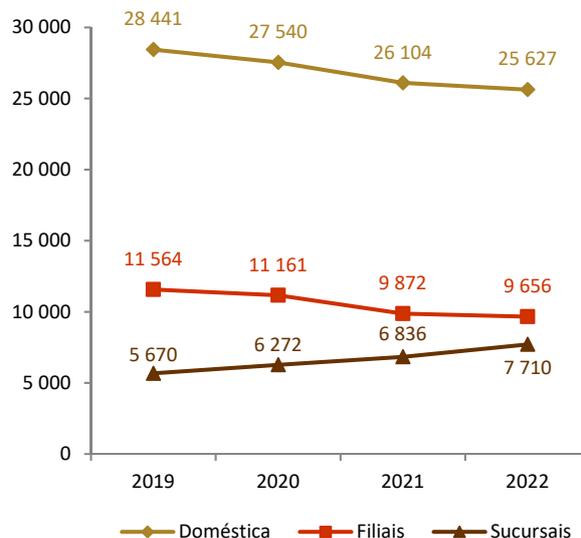
98,5% possuíam vínculo contratual efetivo (82,8% em termos nacionais)

Gráfico 4: Evolução do número de colaboradores afetos à atividade doméstica

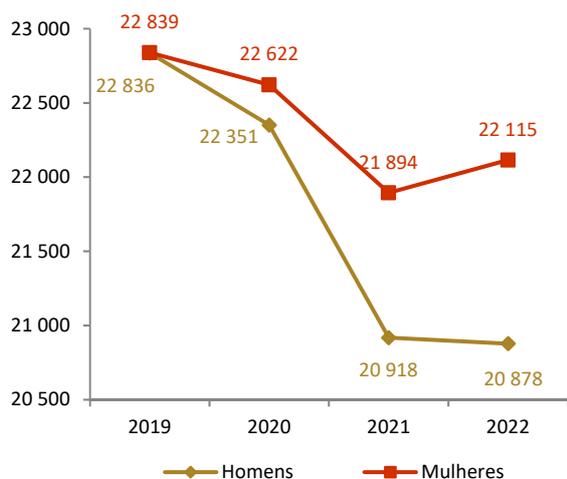
a) Por dimensão



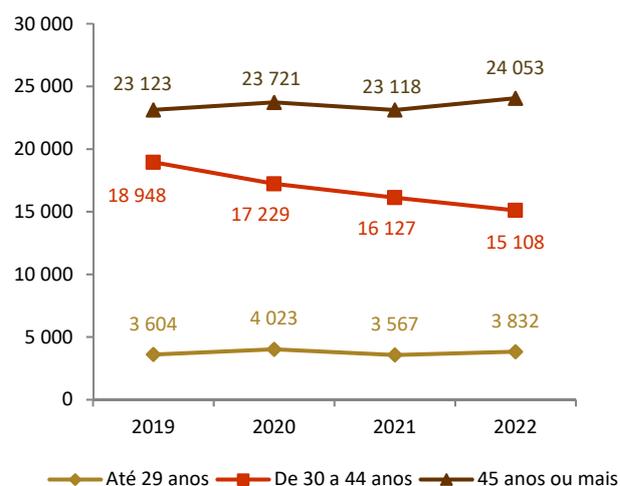
b) Por origem/forma de representação legal



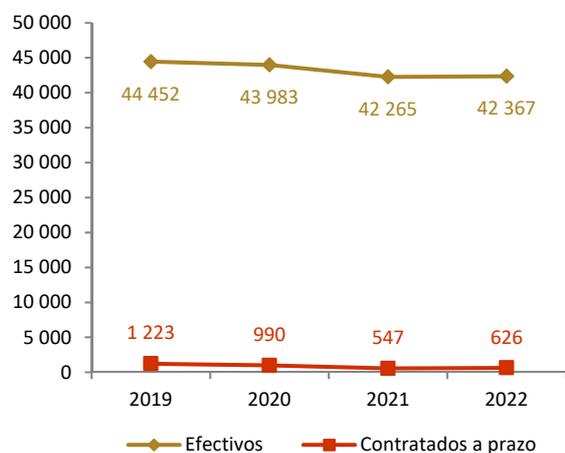
c) Por género



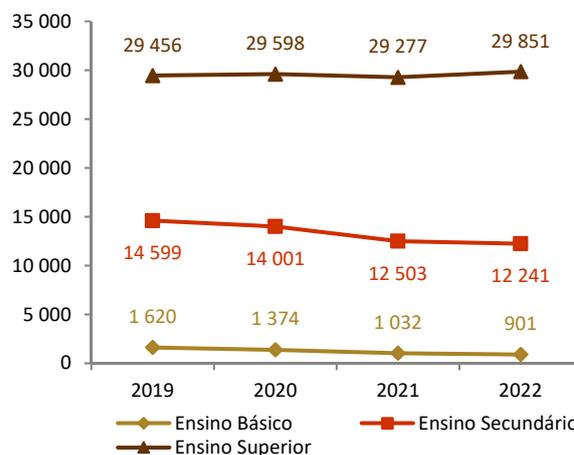
d) Por idades



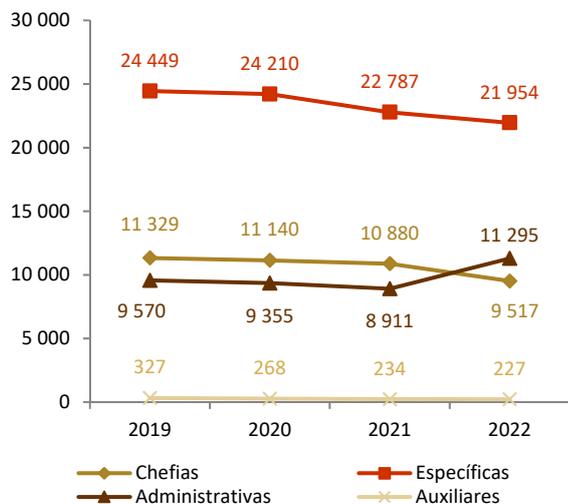
e) Por vínculo contratual



f) Por habilitações literárias

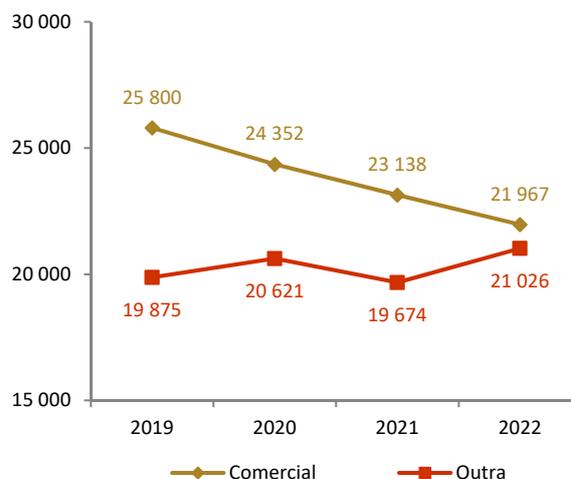


g) Por função

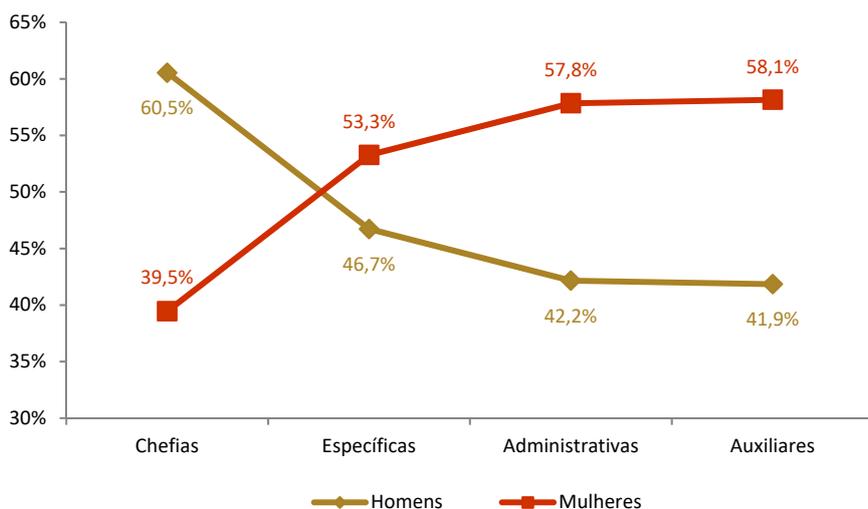


Fonte: IFs, APB.

h) Por atividade



i) Por função e género (2022)



Fonte: IFs, APB.

III.2. Atividade de formação⁶

A formação dos colaboradores é um objetivo prioritário para o sistema financeiro num contexto de profunda transformação do sector, tendo em conta o processo acelerado de digitalização do modelo de negócio, elevado nível de inovação, apoio à transição sustentável da sociedade, e maiores vulnerabilidades em termos de gestão de risco, controlo de branqueamento de capitais, financiamento do terrorismo e da cibersegurança.

Em 2022, o investimento em formação totalizou aproximadamente 16,5 milhões de euros, tendo correspondido a 1,3% dos gastos gerais administrativos, o que compara com 1% em 2021. Neste ano,

⁶ Os indicadores relativos à formação dos recursos humanos reportam-se a uma amostra de 22 instituições financeiras.

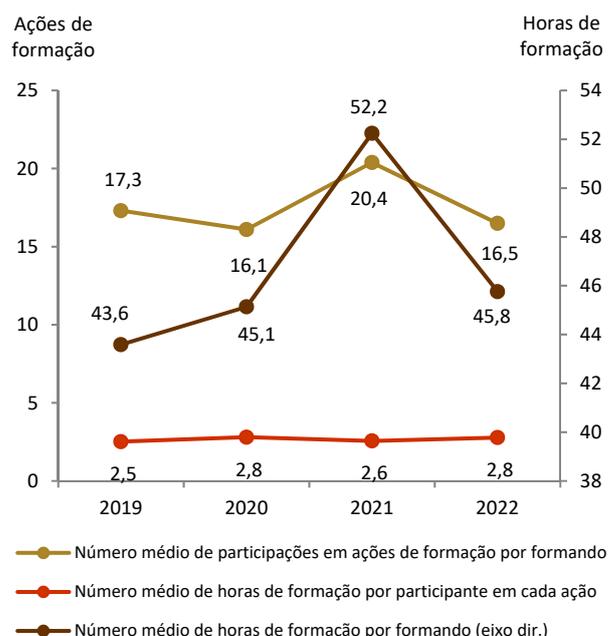
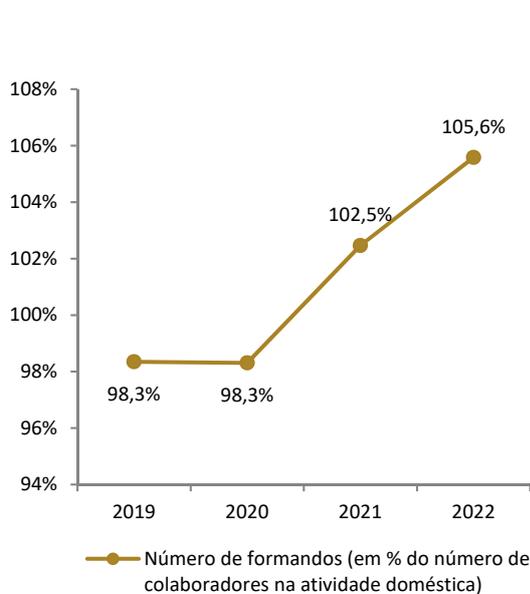
verificou-se um aumento da formação através das modalidades de *e-learning* e presencial, e uma redução da formação à distância, ainda assim correspondendo a cerca do dobro da formação presencial.

Em 2022, no que respeita aos principais indicadores relativos à formação, importa destacar:

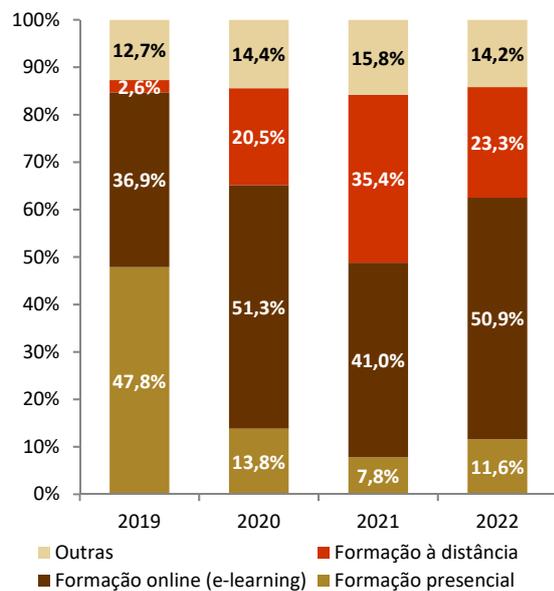
- Taxa global de formação: 105,6% - Rácio superior a 100% devido ao número de saídas de colaboradores que tiveram formação durante o ano
- Número de formandos: 44.733, +3,5% face a 2021
- Número total de horas de formação: 2.046.980 horas, -9,2% face a 2021
- Número médio de ações de formação por formando: 16,5 ações de formação (20,4 em 2021)
- Número médio de horas de formação por colaborador: 45,8 horas/ano (52,2 horas por ano em 2021)
- Ações de formação por tipo de modalidade: presencial – 11,6%; *e-learning* – 50,9%; à distância – 23,3%; outras modalidades de formação – 14,2%
- Ações de formação internas: 80,6% do total (80,2% em 2021)
- Custos com entidades formadoras externas: +33,9% face a 2021 (64,0% do total dos custos de formação)

Gráfico 5: Evolução da formação

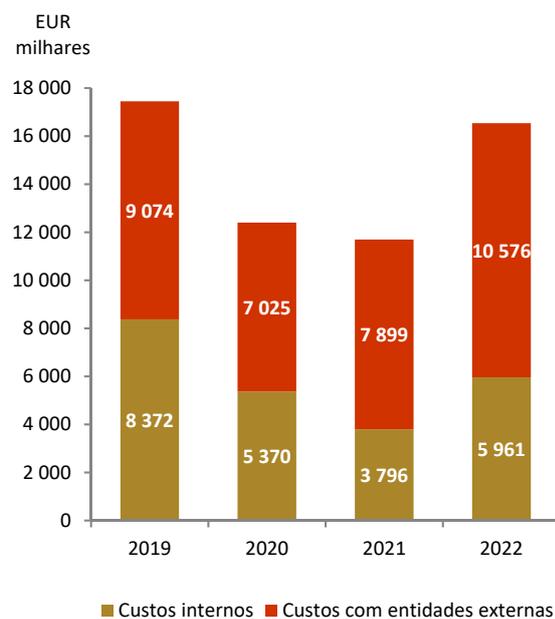
a) Número de formandos em % do número de colaboradores b) Participações e horas em ações de formação



c) Metodologias das ações de formação



d) Gastos com atividades de formação



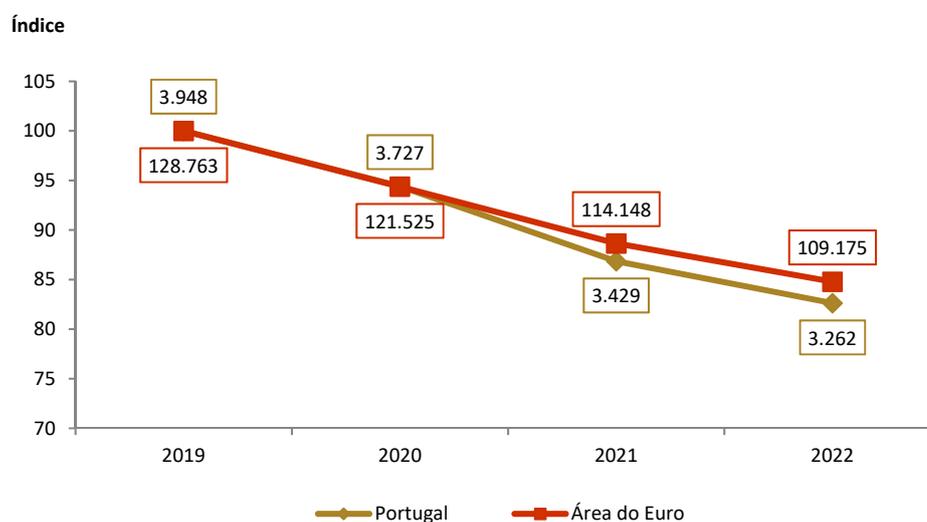
Fonte: IFs, APB.

IV. Indicadores de Cobertura Bancária

IV.1. Rede de balcões em Portugal

No final de 2022, a rede de balcões dos Associados era constituída por 3.262 balcões, tendo registado uma redução de 4,9% face ao ano anterior, ou seja, menos 167 balcões, dando continuidade a um modelo de relacionamento com os clientes que se traduz na modernização da rede de balcões e prossecução da transição digital. Em 2022, cerca de 68% dos utilizadores de Internet utilizavam *internet banking* o que compara com 64%, em 2021, e apenas 38% em 2010.

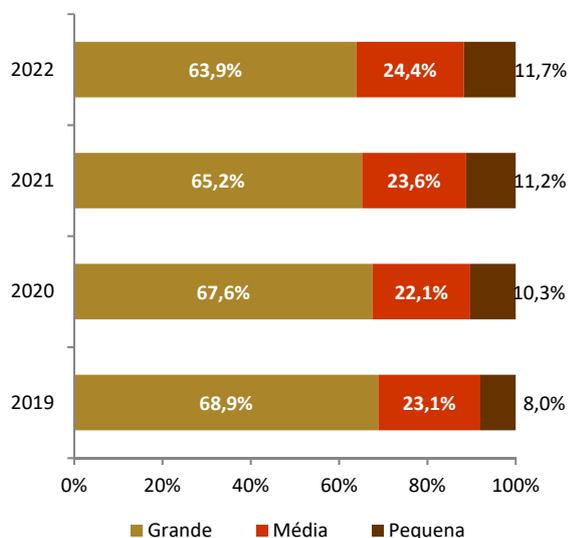
Gráfico 6: Evolução do número total de balcões (2019 = 100)



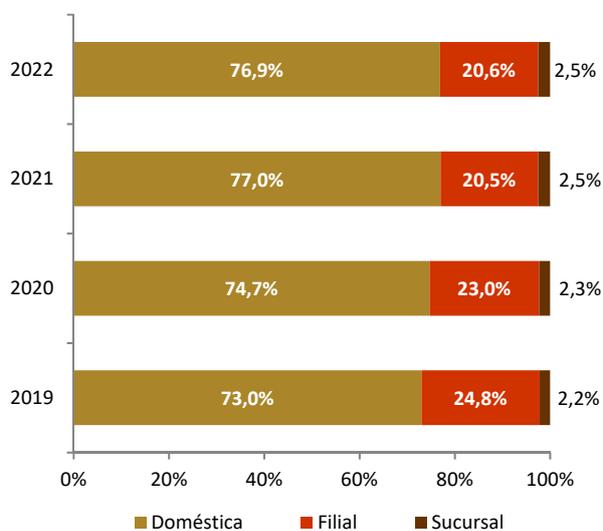
Fonte: IFs, APB e BCE.

Gráfico 7: Representatividade do número de balcões em Portugal a 31 de dezembro

a) Por dimensão



b) Por origem/forma de representação legal



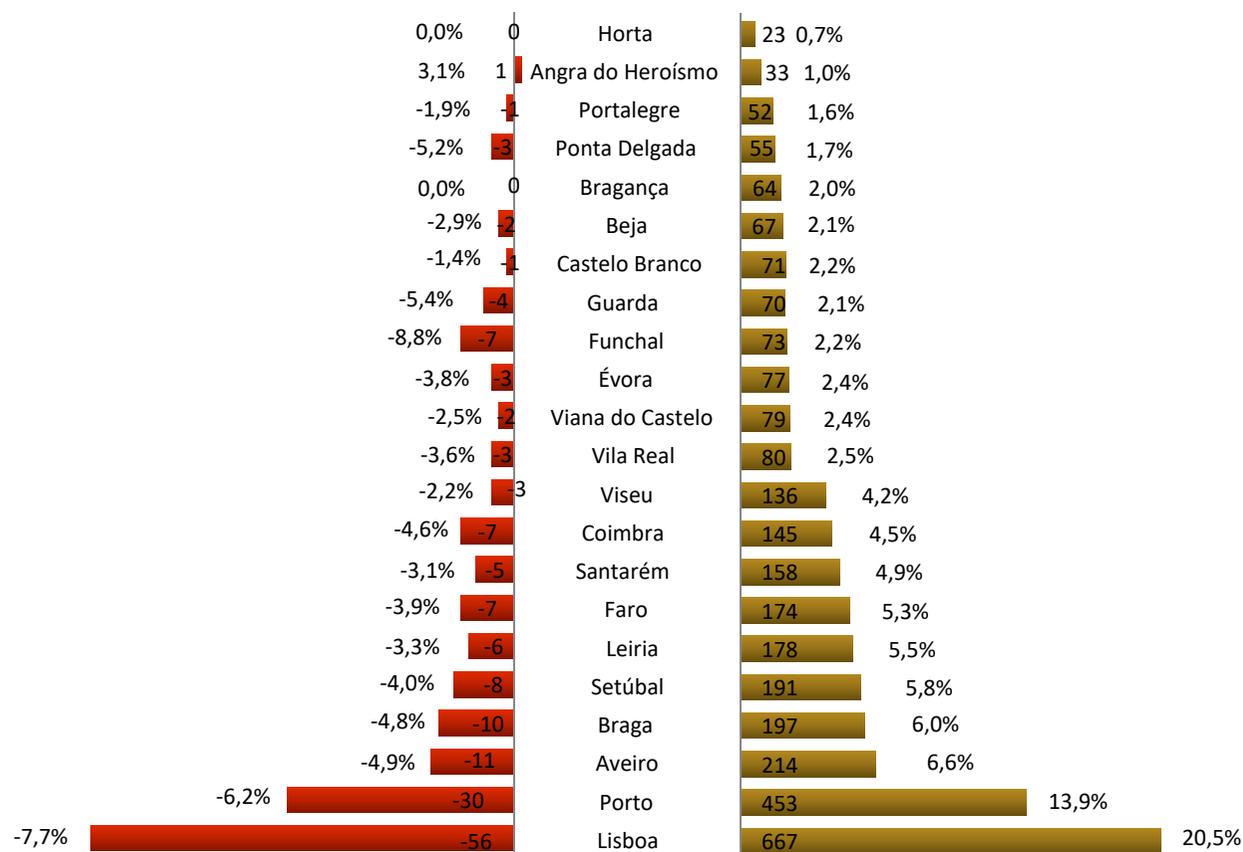
Fonte: IFs, APB.

Em 2022, os distritos de Lisboa e Porto continuaram a registar a variação anual mais significativa em termos de encerramento de balcões, tendo, em conjunto, representado cerca de 51% dos balcões encerrados em 2022.

Gráfico 8: Rede de balcões, por distrito, em 31 de dezembro de 2022

a) Variação absoluta e percentual do número de balcões em termos homólogos

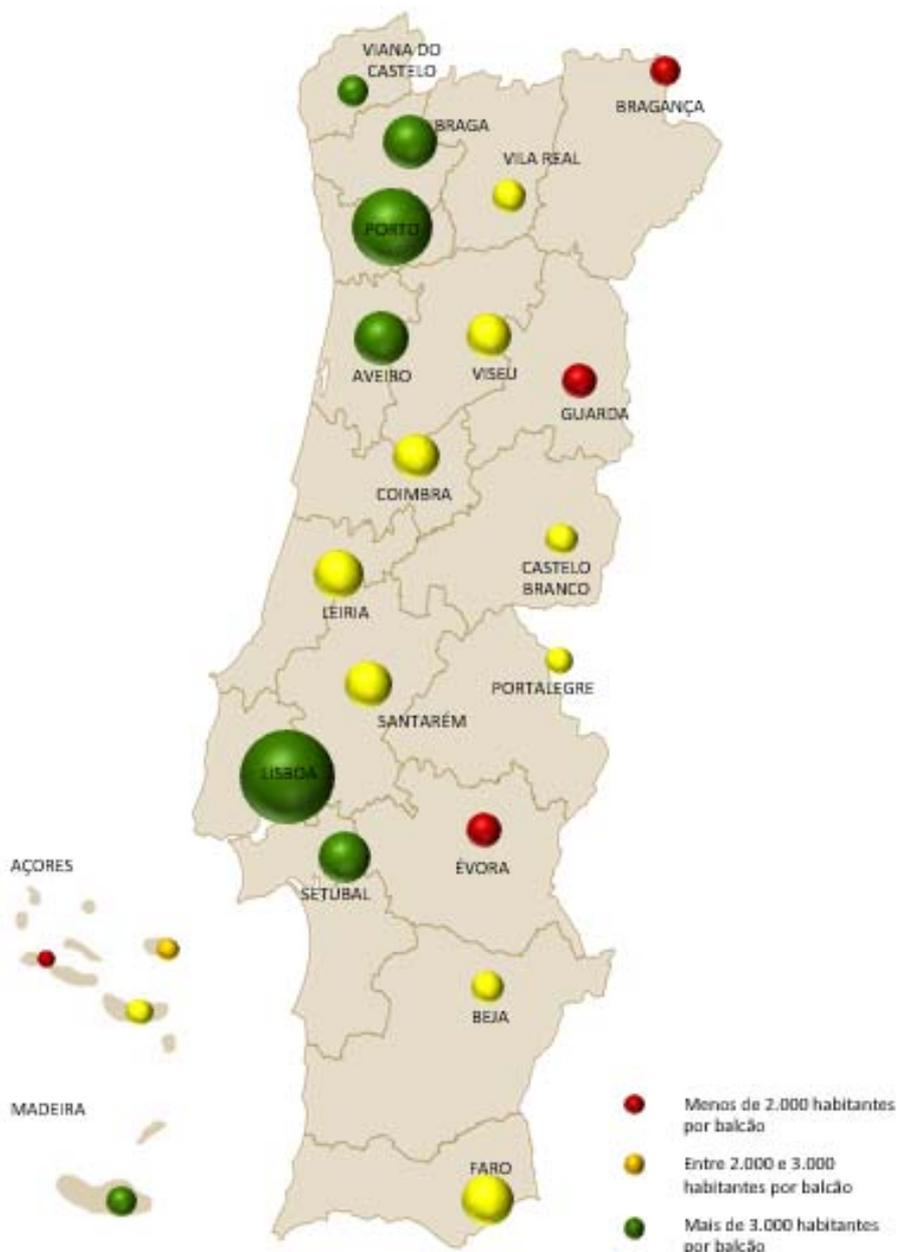
b) Distribuição da rede de balcões em termos absolutos e percentuais



Fonte: IFs, APB.

Nota: Não inclui 4 balcões móveis.

Figura 2: Distribuição dos balcões e do número de habitantes por balcão, por distrito, a 31 de dezembro de 2022

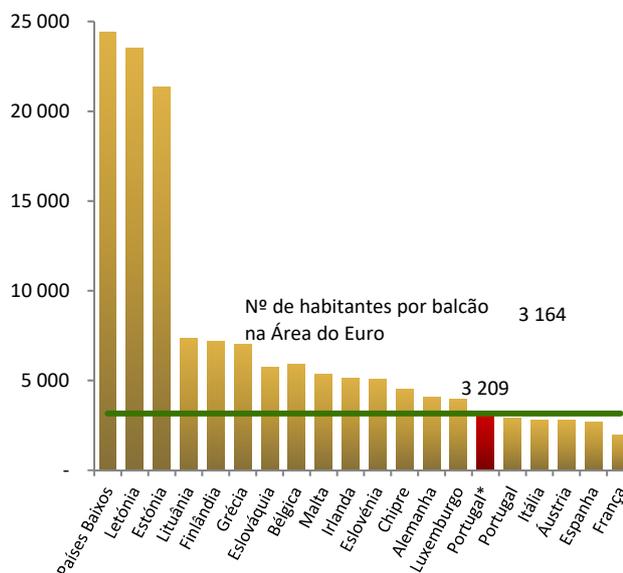
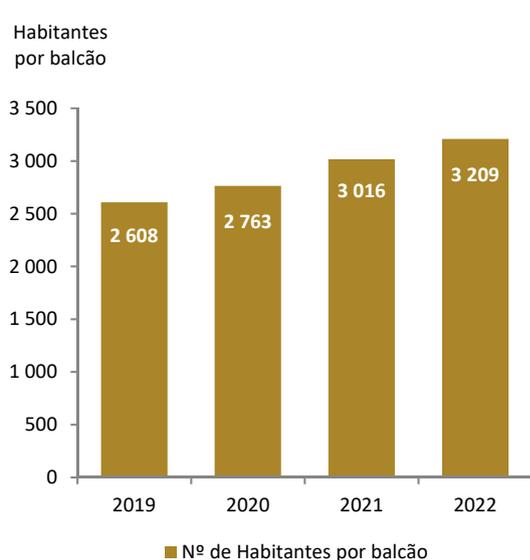


Fonte: IFs, INE, APB.

Nota: O tamanho das bolhas é indicativo do número absoluto de balcões existentes no respetivo distrito, enquanto a cor reflete o número de habitantes por balcão. Não inclui 4 balcões móveis.

O número de habitantes por balcão tem vindo a aumentar e, em termos comparativos, as instituições financeiras associadas da APB apresentam já um valor em linha com a média dos países da Área do Euro.

Gráfico 9: Evolução do número de habitantes por balcão

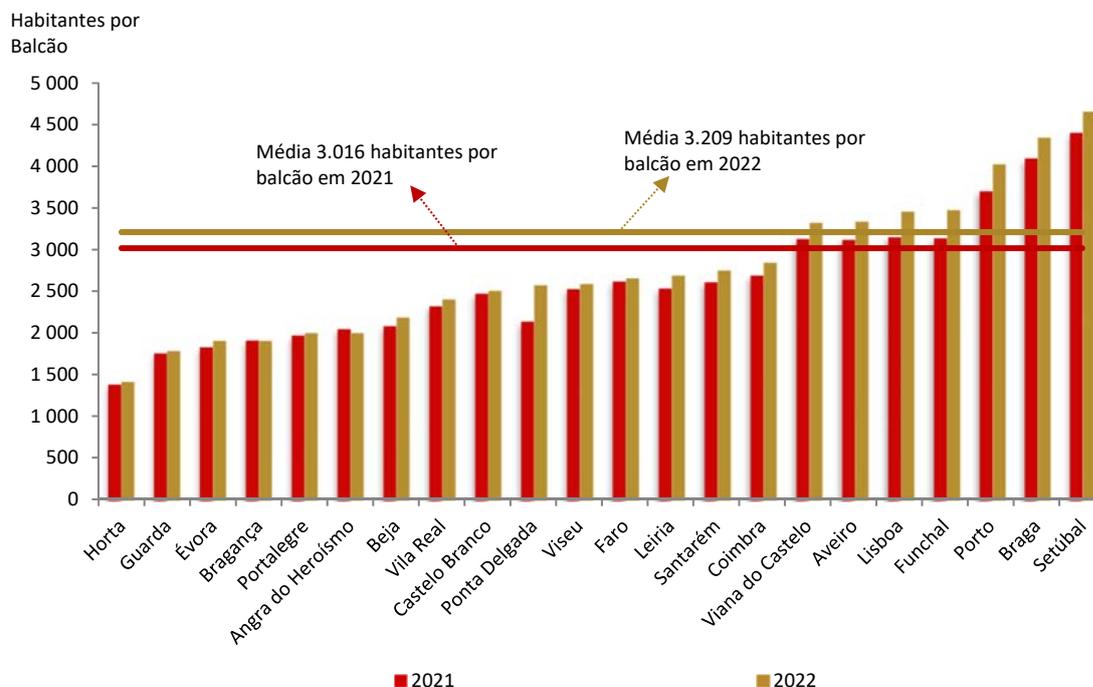


Fonte: IFs, APB, INE.

Fonte: Eurostat, BCE (incluindo dados para Portugal).

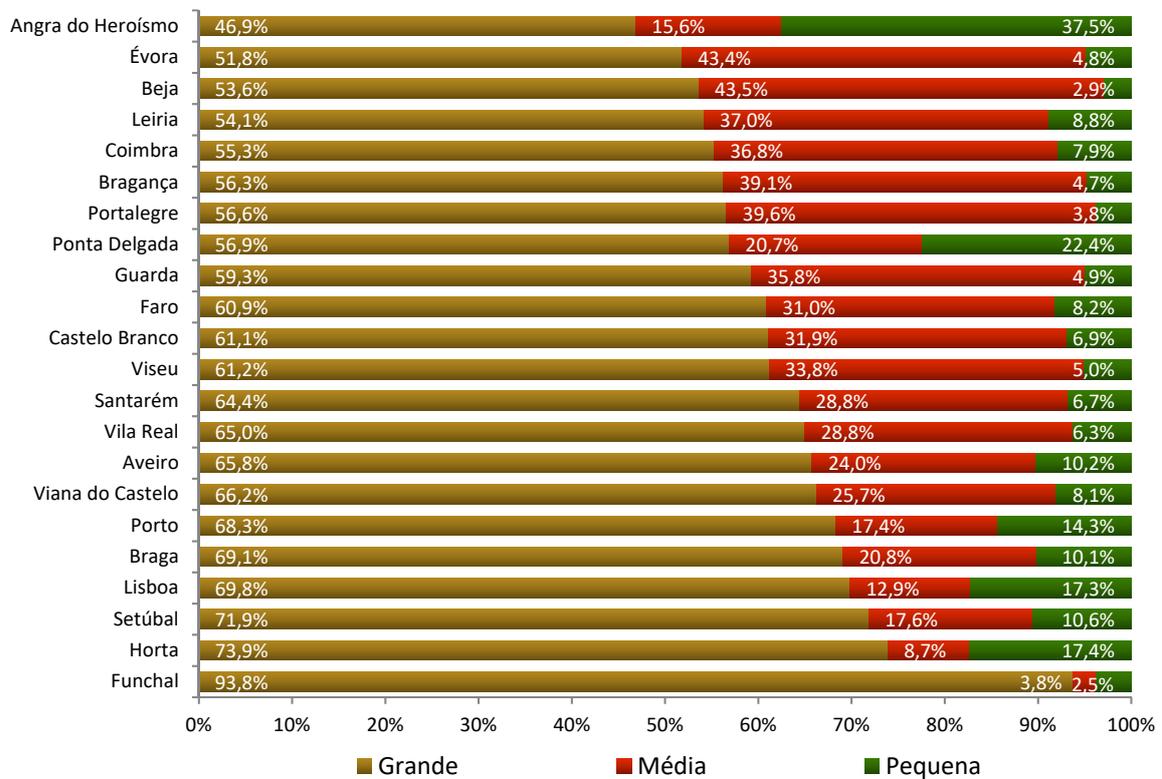
*Dados dos Associados da APB.

Gráfico 10: Número de habitantes por balcão, por distrito



Fonte: IFs, APB. Não inclui 4 balcões móveis.

Gráfico 11: Distribuição da percentagem de balcões por dimensão das instituições financeiras, por distrito, a 31 de dezembro de 2022

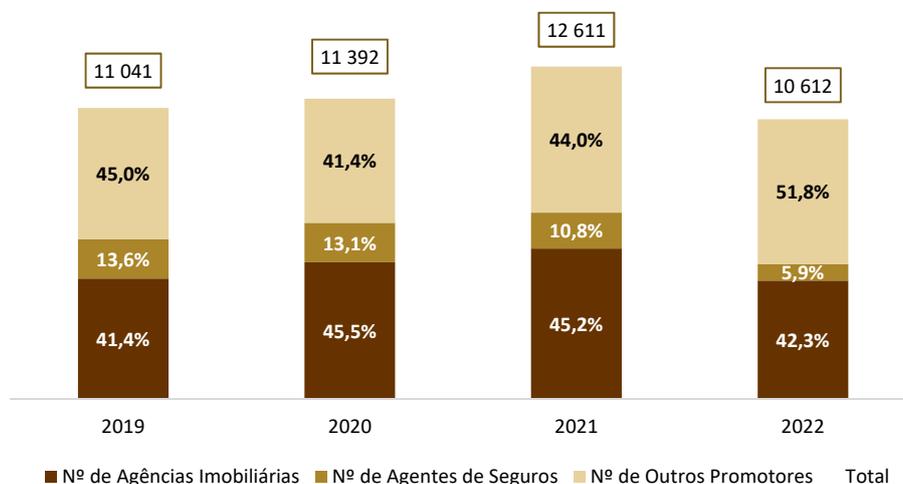


Fonte: IFs, APB. Não inclui 4 balcões móveis.

Promotores externos

Os promotores externos correspondem a um canal de comercialização utilizado pelas instituições financeiras que não se encontram integrados nas suas estruturas organizativas. Este canal inclui os mediadores imobiliários, agentes de seguros e consultores financeiros.

Gráfico 12: Evolução do número e tipologia dos promotores externos

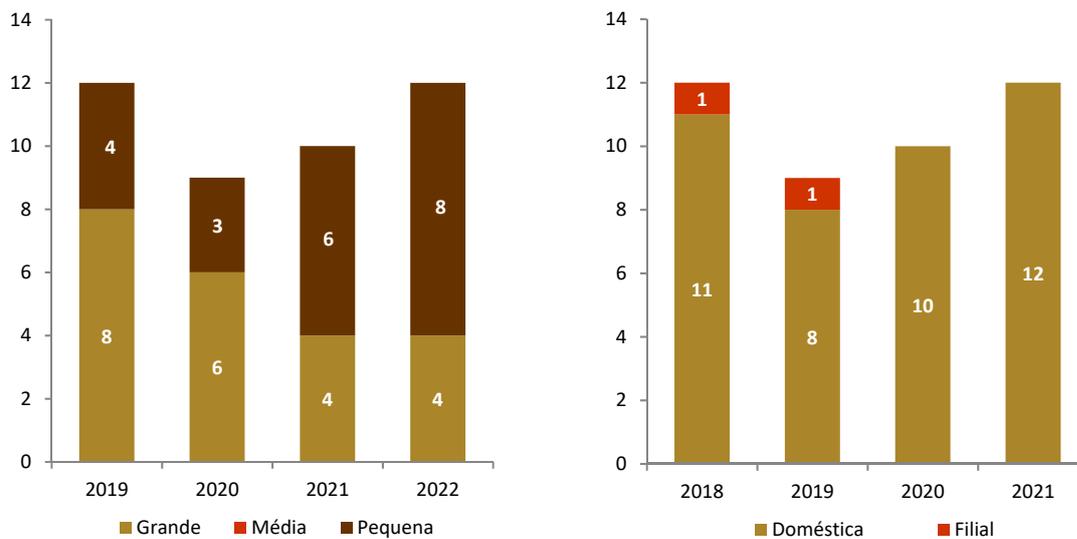


Fonte: IFs, APB.

IV.2. Sucursais e escritórios de representação no exterior

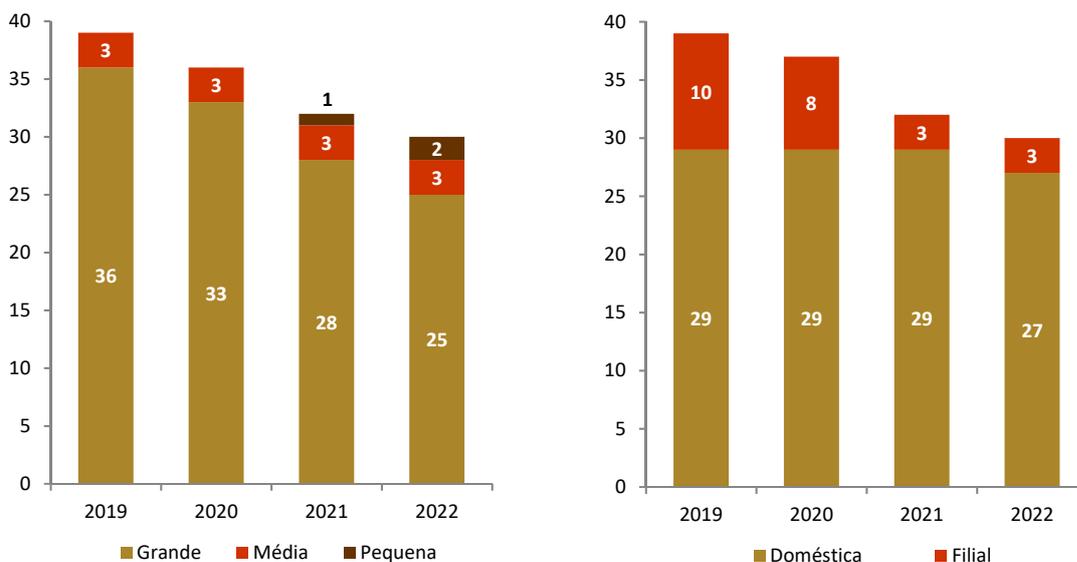
No final de 2022, as instituições financeiras detinham uma rede de sucursais e de escritórios de representação constituída por 42 unidades, semelhante ao do ano anterior: 28 unidades na Europa, 7 no continente americano, 5 na Ásia e 2 em África. As redes de sucursais e de escritórios de representação das instituições financeiras localizadas na Europa estão concentradas, sobretudo, na Suíça. A rede de sucursais no estrangeiro detém aproximadamente 62 balcões.

Gráfico 13: Número de sucursais no exterior (2019-2022)



Fonte: IFs, APB.

Gráfico 14: Número de escritórios de representação no exterior (2019-2022)



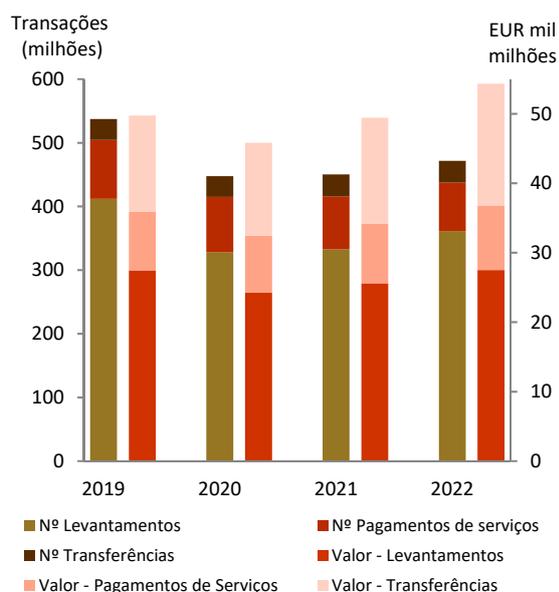
Fonte: IFs, APB.

IV.3. ATMs e homebanking

Portugal continua a apresentar uma das taxas mais elevadas da Europa relativamente ao número de ATMs por habitante. Em 2022, o número total de ATMs⁷ pertencentes às instituições financeiras dos associados da APB totalizou 13.327⁸, mantendo-se praticamente estável face a 2021 (-0,6%). Neste período, a representatividade das instituições financeiras dos associados da APB na rede Multibanco manteve-se em 92%.

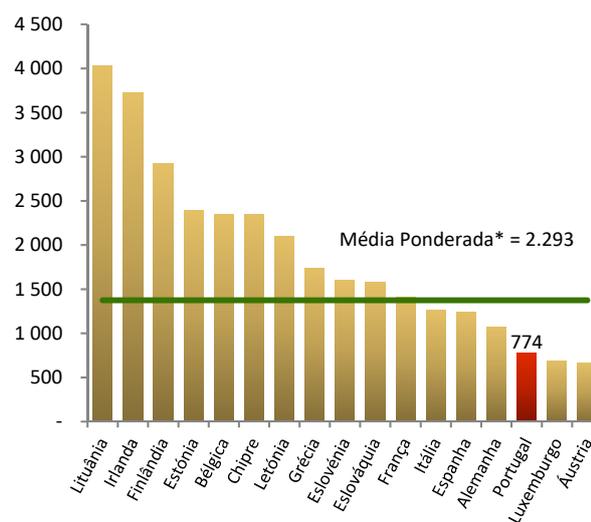
Em 2022, as transações em ATMs voltaram a subir, em termos homólogos, quer em montante (+9,9% em relação a 2021), quer em número (+4,7% face a 2021). Relativamente ao valor de transações, verificaram-se acréscimos ao nível das transferências (15,2%), dos pagamentos de serviços (7,7%) e dos levantamentos (7,5%). Por sua vez, no que respeita ao número de transações, os pagamentos de serviços continuaram a registar uma descida (-7,9%) e as transferências também caíram (-1,4%), enquanto os levantamentos subiram 8,5%. Assim, o valor médio por transação voltou a subir (+4,9%), para 115,23 euros.

Gráfico 15: Transações em ATMs



Fonte: SIBS.

Gráfico 16: Habitantes por ATM na Área do Euro



Fonte: Eurostat, BCE.

Nota: *Média ponderada do número de habitantes por ATM pela população de cada país. Não inclui Malta e Países Baixos por indisponibilidade de informação.

Em 2022, o número de utilizadores do serviço de *homebanking*⁹ situou-se em 7.031.507, tendo aumentado 7,4% em relação a 2021, o que reflete a utilização crescente da banca digital, tendência que conheceu um maior dinamismo fruto do contexto da crise pandémica iniciada em 2020.

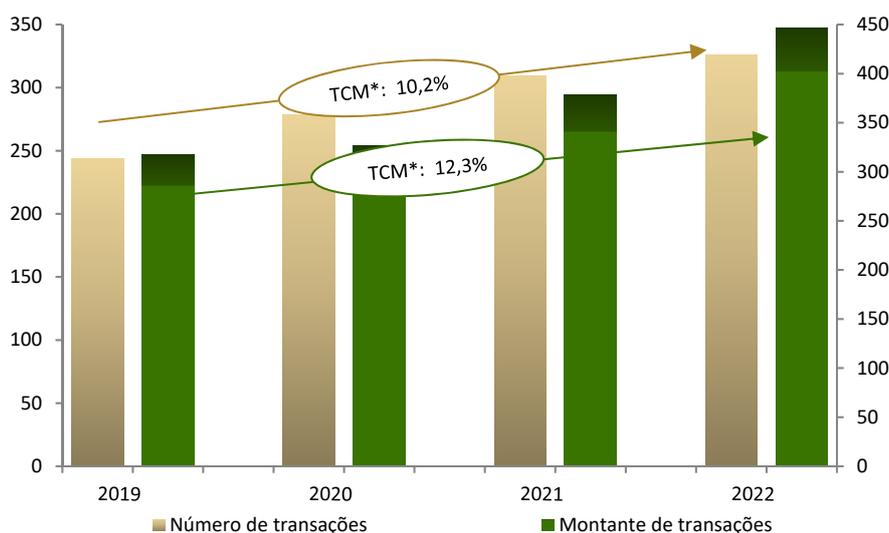
⁷ Automated Teller Machine.

⁸ Este valor inclui rede multibanco e rede própria das instituições financeiras dos associados da APB. Para efeitos da análise da rede de ATMs, a amostra totaliza 14 instituições financeiras associadas.

⁹ Para efeitos da análise do número de utilizadores de *homebanking*, só se dispõe de informação para 16 instituições financeiras associadas.

O número e valor das transações realizadas no *homebanking*¹⁰ aumentaram 5,3% e 17,9%, respetivamente. Relativamente ao valor de transações, os pagamentos de serviços registaram uma subida de 17,7% e as transferências tiveram um crescimento de 17,9%. Por sua vez, no que respeita ao número de transações, os pagamentos de serviços registaram uma taxa de crescimento de 4,4% e as transferências de 6,0%.

Gráfico 17: Evolução do número e montante das transações realizadas através de *homebanking*



Fonte: SIBS.

Nota: *TVA - Taxa de variação média anual.

IV.4. POS¹¹

O aumento do número de POS^{12,13} instalados (+4,2% face a 2021) foi acompanhado por um incremento tanto do número de transações (+23,5%), como do respetivo valor (+23,0%), o que se justifica pelo fim das medidas de isolamento e consequente aumento da mobilidade, após as restrições aplicáveis em 2020 e 2021 devido à pandemia.

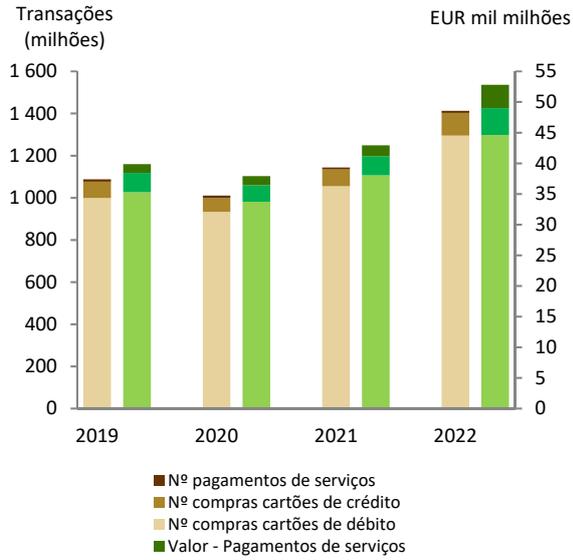
¹⁰ Todos os dados relativos ao número e volume de transações abrangem a totalidade da amostra (27 instituições financeiras associadas). Dados fornecidos pela SIBS.

¹¹ *Point of Sale*.

¹² Para efeitos da análise da rede de POS, só se dispõe de informação para 14 instituições financeiras associadas.

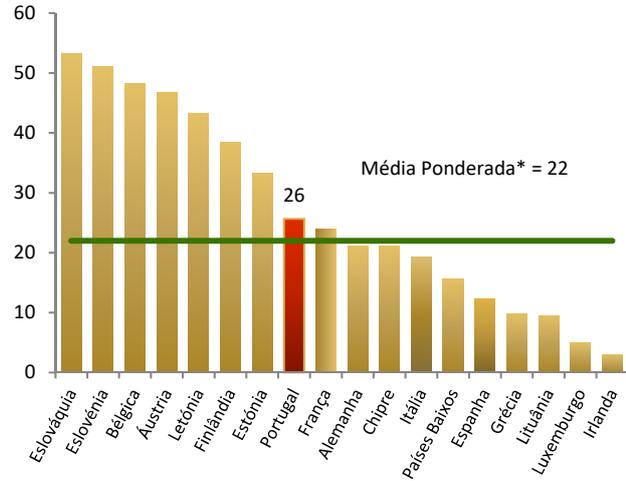
¹³ Todos os dados relativos ao número e volume de transações abrangem a totalidade da amostra (27 instituições financeiras associadas).

Gráfico 18: Transações em POS



Fonte: SIBS.

Gráfico 19: Habitantes por POS na Área do Euro



Fonte: Eurostat, BCE, APB.

Nota: *Média ponderada do nº de habitantes por POS pela população de cada país. Não inclui Malta por indisponibilidade de informação.

V. Análise de performance

V.1. Análise de balanço

No ano de 2022, o ativo agregado das instituições financeiras apresentou uma redução de 3,5%, totalizando cerca de 369 mil milhões de euros, em contraste com o crescimento verificado nos dois anos anteriores. Desta forma, verificou-se uma redução do peso do sistema bancário na economia de 177,2% do PIB, em 2021, para 152,4%, em 2022, mantendo-se em níveis inferiores aos registados antes da crise da dívida soberana.

Neste ano, a atividade bancária desenvolveu-se num contexto de persistentes tensões geopolíticas, pressões inflacionistas, taxas de juro mais elevadas e aumento de turbulência nos mercados financeiros internacionais, nomeadamente relacionada com eventos que afetaram bancos nos EUA e na Suíça.

Tabela 1: Composição e evolução da estrutura do ativo agregado, a 31 de dezembro (2019 – 2022)

	2019	2020	2021	2022
Caixa e disponibilidades				
Total (milhões €)	21 963	34 962	61 609	50 557
Taxa de variação anual	-	59,2%	76,2%	-17,9%
Em % do total de ativo	6,6%	9,8%	16,1%	13,2%
Ativos financeiros contabilizados ao justo valor através de resultados				
Total (milhões €)	19 720	16 262	11 253	7 829
Taxa de variação anual	-	-17,5%	-30,8%	-30,4%
Em % do total de ativo	5,9%	4,6%	2,9%	2,0%
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral				
Total (milhões €)	33 116	35 227	32 030	16 344
Taxa de variação anual	-	6,4%	-9,1%	-49,0%
Em % do total de ativo	10,0%	9,9%	8,4%	4,3%
Ativos financeiros pelo custo amortizado				
Total (milhões €)	232 285	245 274	255 677	272 149
Taxa de variação anual	-	5,6%	4,2%	6,4%
Em % do total de ativo	70,0%	68,8%	66,8%	71,1%
Outros ativos⁽¹⁾				
Total (milhões €)	25 014	24 888	22 306	22 412
Taxa de variação anual	-	-0,5%	-10,4%	0,5%
Em % do total de ativo	7,5%	7,0%	5,8%	5,9%
Total de ativo	332 098	356 614	382 875	369 291
Taxa de crescimento anual	-	7,4%	7,4%	-3,5%

Fonte: IFs, APB.

Nota: ⁽¹⁾ Inclui: Derivados de cobertura, Variação do justo valor dos elementos abrangidos pela carteira de cobertura do risco de taxa de juro, Investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, ativos tangíveis, ativos intangíveis, ativos por impostos, outros ativos e Ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda.

Em 2022, o ativo agregado das instituições financeiras associadas apresentou uma redução em praticamente todas as rubricas, com exceção dos empréstimos que cresceram 2,0%.

Tabela 2: Composição da estrutura dos ativos financeiros, a 31 de dezembro (2019 – 2022)

	2019				2020				2021				2022			
	Ativos financeiros contabilizados ao justo valor através de resultados	Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	Ativos financeiros pelo custo amortizado	Total	Ativos financeiros contabilizados ao justo valor através de resultados	Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	Ativos financeiros pelo custo amortizado	Total	Ativos financeiros contabilizados ao justo valor através de resultados	Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	Ativos financeiros pelo custo amortizado	Total	Ativos financeiros contabilizados ao justo valor através de resultados	Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	Ativos financeiros pelo custo amortizado	Total
Derivados ⁽¹⁾ (milhões €)	3 392	-	-	3 392	3 090	-	-	3 090	1 873	-	-	1 873	1 468	-	-	1 468
Taxa de variação anual	-	-	-	-	-8,9%	-	-	-8,9%	-39,4%	-	-	-39,4%	-21,6%	-	-	-21,6%
Em % do total	17,2%	-	-	1,2%	19,0%	-	-	1,0%	16,6%	-	-	0,6%	18,8%	-	-	0,5%
Instrumentos de capital próprio (milhões €)	5 054	1 040	-	6 094	4 285	906	-	5 191	3 793	821	-	4 614	2 662	946	-	3 608
Taxa de variação anual	-	-	-	-	-15,2%	-12,9%	-	-14,8%	-11,5%	-9,4%	-	-11,1%	-29,8%	15,2%	-	-21,8%
Em % do total	25,6%	3,1%	-	2,1%	26,3%	2,6%	-	1,7%	33,7%	2,6%	-	1,5%	34,0%	5,8%	-	1,2%
Títulos de dívida (milhões €)	11 178	32 065	41 801	85 044	8 802	31 172	53 660	93 634	5 510	28 206	57 757	91 473	3 634	13 110	69 420	86 164
Taxa de variação anual	-	-	-	-	-21,3%	-2,8%	28,4%	10,1%	-37,4%	-9,5%	7,6%	-2,3%	-34,1%	-53,5%	20,2%	-5,8%
Em % do total	56,7%	96,8%	18,0%	29,8%	54,2%	88,5%	21,9%	31,6%	49,0%	88,0%	22,6%	30,6%	46,4%	80,2%	25,5%	29,1%
Empréstimos (milhões €)	96	11	190 484	190 591	85	3 149	191 614	194 848	78	3 003	197 920	201 000	65	2 288	202 728	205 081
Taxa de variação anual	-	-	-	-	-11,4%	29627,9%	0,6%	2,2%	-8,8%	-4,6%	3,3%	3,2%	-15,9%	-23,8%	2,4%	2,0%
Em % do total	0,5%	0,1%	82,0%	66,9%	0,5%	8,9%	78,1%	65,7%	0,7%	9,4%	77,4%	67,3%	0,8%	14,0%	74,5%	69,2%
Total	19 720	33 116	232 285	285 121	16 262	35 227	245 274	296 763	11 253	32 030	255 677	298 960	7 829	16 344	272 149	296 321

Fonte: IFs, APB.

Nota: ⁽¹⁾ Não inclui derivados de cobertura.

Tabela 3: Empréstimos a clientes, a 31 de dezembro (2019 – 2022)

	2019	2020	2021	2022
Empresas e administração pública				
Total (milhões €)	79 589	84 372	86 815	86 650
Taxa de variação anual	-	6,0%	2,9%	-0,2%
Em % do total de empréstimos a clientes	42,6%	43,7%	43,3%	42,4%
Particulares habitação				
Total (milhões €)	89 728	94 325	98 580	102 550
Taxa de variação anual	-	5,1%	4,5%	4,0%
Em % do total de empréstimos a clientes	48,1%	48,8%	49,2%	50,2%
Particulares consumo e outros fins				
Total (milhões €)	17 409	14 509	15 107	15 214
Taxa de variação anual	-	-16,7%	4,1%	0,7%
Em % do total de empréstimos a clientes	9,3%	7,5%	7,5%	7,4%
Total de empréstimos a clientes	186 727	193 206	200 502	204 414
Taxa de variação anual	-	3,5%	3,8%	2,0%
Total de imparidades de empréstimos a clientes	(8 460)	(8 270)	(7 543)	(6 704)
Total líquido	178 267	184 936	192 959	197 710
Taxa de variação anual	-	3,7%	4,3%	2,5%

Fonte: IFs, APB.

Os empréstimos a clientes (valores brutos) registaram uma subida de 2,0% face a 2021 com os empréstimos a Empresas e Administração Pública a apresentarem uma redução marginal de 0,2% enquanto os empréstimos a particulares para habitação e para consumo e outros fins subiram 4,0% e 0,7%, respetivamente.

A redução marginal dos empréstimos a Empresas e Administração Pública verificou-se após o fim das medidas de apoio pandémico, nomeadamente o fim da moratória pública e redução de acesso a linhas de crédito com garantia pública, e num contexto de taxas de juro mais elevadas e incerteza quanto à evolução da atividade económica. Esta evolução contrasta com a dinâmica positiva verificada em 2020 e 2021.

Os empréstimos à habitação mantiveram, em 2022, a trajetória de recuperação iniciada em 2020, tendo subido 4,0%. Contudo, a partir de meados do ano, os novos empréstimos para aquisição de habitação, apesar de terem aumentado, registaram quedas homólogas das taxas de variação. Esta evolução justifica-se face à preponderância do regime de taxas variáveis e, tendo em conta, o novo contexto de subida acentuada de taxas de juro, que se verificou a partir do 3º trimestre do ano. De notar que, de acordo com dados disponibilizados pelo Banco de Portugal, o crédito à habitação com taxas de juro variáveis representava cerca de 90% do *stock*, embora se tenha vindo a registar um aumento de novas operações com taxa de juro fixa ou mista, que em dezembro já representavam 24,6% do total.

Por sua vez, os empréstimos a particulares para consumo e outros fins registaram uma desaceleração, mantendo-se praticamente estáveis face a 2021. Ao contrário do crédito à habitação, a maioria dos contratos de crédito ao consumo estão contratualizados com taxa de juro fixa.

Tabela 4: Qualidade dos ativos, a 31 de dezembro (2019-2022)

	2019				2020				2021				2022			
	Total	Habituação	Consumo e outros fins	Empresas e administração pública	Total	Habituação	Consumo e outros fins	Empresas e administração pública	Total	Habituação	Consumo e outros fins	Empresas e administração pública	Total	Habituação	Consumo e outros fins	Empresas e administração pública
Non-performing loans (milhões €)	13 697	2 201	1 302	8 999	11 232	1 730	1 331	7 343	9 413	1 434	1 337	6 178	7 533	1 024	1 186	5 009
Rácio de NPL	6,2%	2,4%	8,5%	13,4%	5,5%	1,8%	8,8%	10,2%	4,5%	1,5%	8,8%	8,4%	3,6%	1,0%	7,5%	6,9%
Rácio de cobertura de NPL	52,8%	24,0%	62,2%	58,9%	56,7%	28,8%	71,0%	59,1%	54,3%	31,6%	71,3%	55,4%	57,8%	40,8%	71,2%	58,0%
Rácio de NPL líquido	3,0%	2,0%	1,8%	2,0%	2,4%	1,5%	1,3%	2,5%	2,1%	1,2%	1,0%	2,5%	1,5%	0,8%	0,6%	2,1%

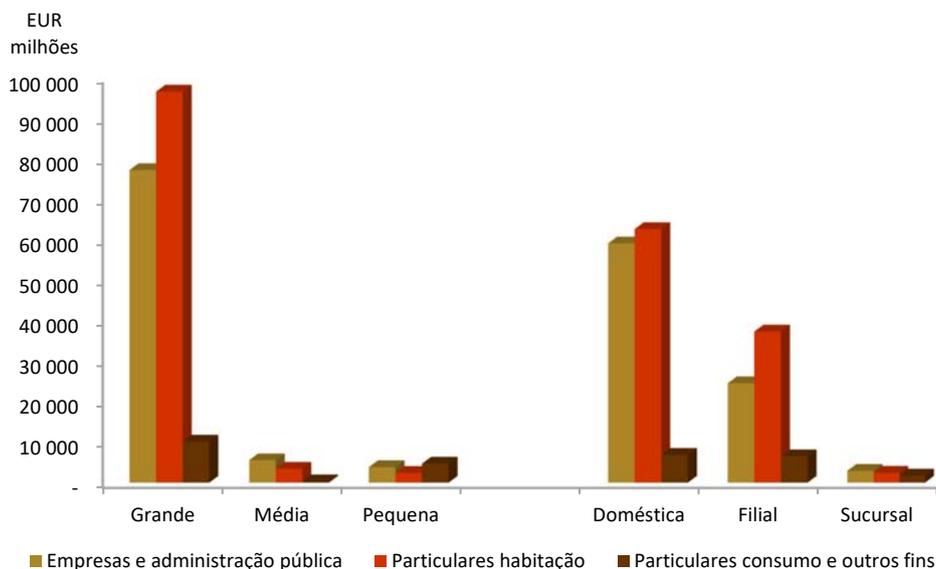
Fonte: IFs, APB.

Apesar do aumento das taxas de juro, que se verificou devido ao contexto de inflação elevada e consequente início do processo de normalização da política monetária, não se assistiu a uma deterioração da qualidade dos ativos. O rácio de NPL manteve a trajetória descendente que se vem registando desde 2016 e situou-se em 3,6%. Em relação ao ano anterior, os NPL diminuíram cerca de 1,9 mil milhões de euros refletindo a diminuição dos empréstimos não produtivos, devido essencialmente à venda de carteiras de crédito e abatimentos ao ativo, e a estabilização dos empréstimos produtivos. Apesar do rácio de NPL em Portugal continuar num nível considerado ainda elevado face à média da Área do Euro, que atingiu 1,8% em dezembro de 2022, os progressos conseguidos na sua redução têm sido muito significativos. Por sua vez, o rácio de NPL líquido de imparidades situou-se em 1,5% estando em linha com a média da Área do Euro.

A diminuição do rácio de NPL bruto foi transversal aos segmentos de empresas e particulares, e, no segundo caso, houve uma redução tanto, no segmento do crédito à habitação (de 1,5%, em 2021, para 1,0%, em 2022), como no segmento do consumo e outros fins (8,8%, em 2021, para 7,5%, em 2022). Já os NPL das Empresas e administração pública, responsáveis por 66,5% da totalidade do montante de NPL das IF associadas, registaram uma descida de 18,9% face a 2021, tendo o rácio de NPL diminuído 1,5 p.p. para 6,9%.

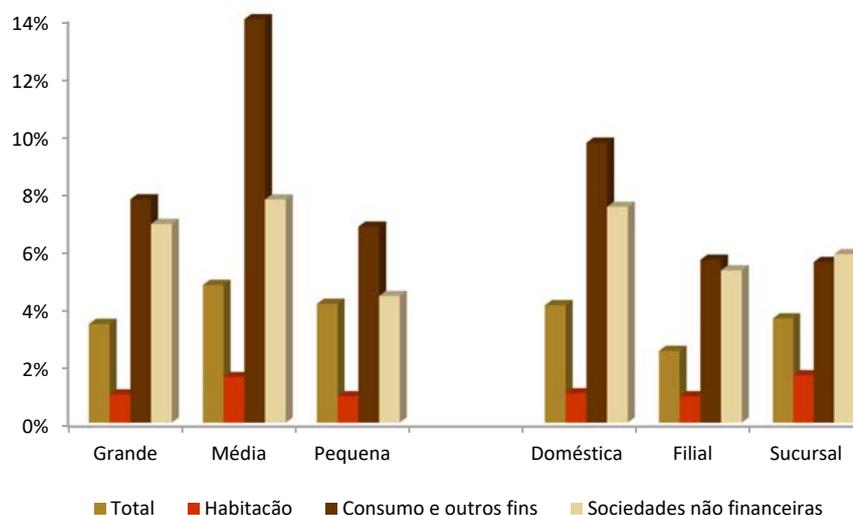
Em 2022, verificou-se um aumento da cobertura por imparidades, tendo o respetivo rácio aumentado 3,5 p.p., para 57,8%, e continuando a comparar favoravelmente com a média da União Europeia. Esta evolução explica-se, entre outros fatores, pela redução de NPL em balanço superior à redução observada nas imparidades acumuladas.

Gráfico 20: Empréstimos a clientes, por dimensão e origem/forma de representação legal das IF's, a 31 de dezembro de 2022



Fonte: IFs, APB.

Gráfico 21: Rácio de NPL por dimensão e origem/forma de representação legal das IF's, a 31 de dezembro de 2022



Fonte: IFs, APB.

Em 2022, a exposição a títulos de dívida pública e privada registou uma redução de 5,8% face ao ano anterior.

O peso dos títulos de dívida avaliados ao custo amortizado, ou seja, em que as variações de valor apenas são reconhecidas em balanço no momento de venda, situou-se em aproximadamente 80% do total dos títulos de dívida e de 18,8% do ativo e tem vindo a aumentar ao longo dos últimos anos. Esta carteira representa uma menor exposição à volatilidade do risco de mercado.

Relativamente aos títulos de dívida pública, verificou-se uma redução anual de 3,4%, ligeiramente superior ao decréscimo observado em 2021, mantendo-se, no entanto, o seu peso no total do ativo (15,1%). Esta variação refletiu essencialmente a redução do peso dos títulos de dívida pública portuguesa e italiana, verificando-se, no entanto, um aumento da exposição à dívida pública espanhola.

Tabela 5: Composição da carteira de títulos de dívida, a 31 de dezembro (2019-2022)

	2019	2020	2021	2022
Dívida pública				
Total (milhões €)	52 075	59 282	57 920	55 936
Taxa de variação anual	-	13,8%	-2,3%	-3,4%
Em % do total	61,2%	63,3%	63,3%	64,9%
Outros emissores				
Total (milhões €)	32 968	34 353	33 553	30 229
Taxa de variação anual	-	4,2%	-2,3%	-9,9%
Em % do total	38,8%	36,7%	36,7%	35,1%
Total de títulos de dívida	85 043	93 635	91 473	86 163
Taxa de variação anual	-	10,1%	-2,3%	-5,8%
Títulos de dívida pública em % do total de ativo	15,7%	16,6%	15,1%	15,1%

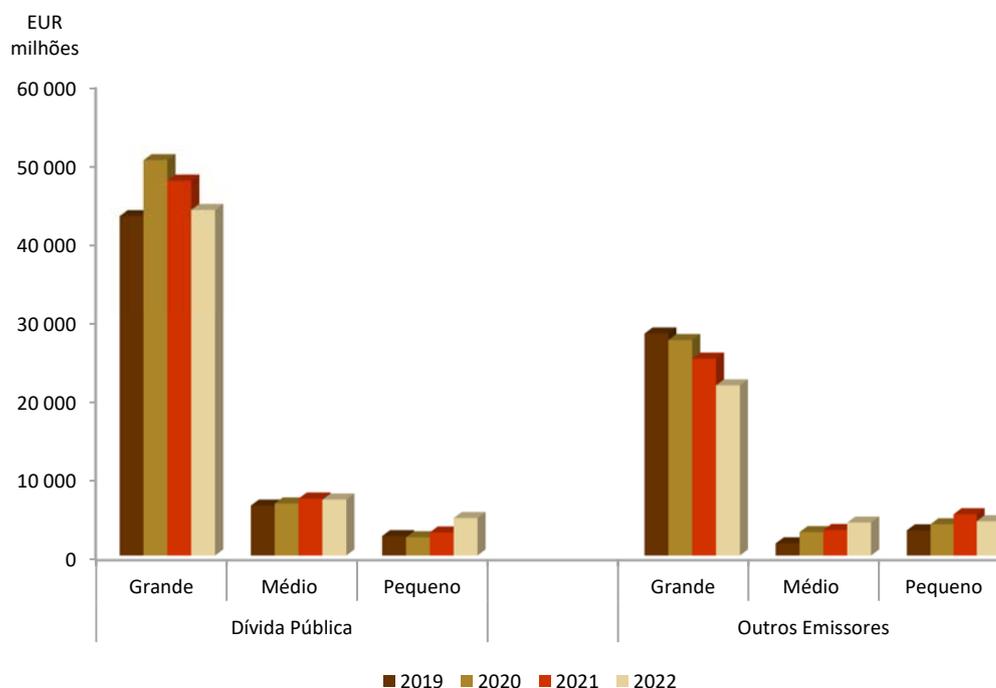
Fonte: IFs, APB.

Tabela 6: Composição dos títulos de dívida por carteira, a 31 de dezembro (2019-2022)

	2019	2020	2021	2022
Dívida pública				
Justo valor através de resultados (milhões €)	5 879	3 819	920	1 080
Em % do total de dívida pública	11,3%	6,4%	1,6%	1,9%
Justo valor através de outro rendimento integral (milhões €)	26 976	26 085	22 422	9 471
Em % do total de dívida pública	51,8%	44,0%	38,7%	16,9%
Custo amortizado (milhões €)	19 220	29 378	34 578	45 385
Em % do total de dívida pública	36,9%	49,6%	59,7%	81,2%
Outros emissores				
Justo valor através de resultados (milhões €)	5 300	4 983	4 590	2 553
Em % do total de dívida de outros emissores	16,1%	14,5%	13,7%	8,4%
Justo valor através de outro rendimento integral (milhões €)	5 087	5 087	5 783	3 640
Em % do total de dívida de outros emissores	15,4%	14,8%	17,2%	12,0%
Custo amortizado (milhões €)	22 581	24 283	23 180	24 035
Em % do total de dívida de outros emissores	68,5%	70,7%	69,1%	79,6%
Total de títulos de dívida	85 043	93 635	91 473	86 163
Taxa de variação anual	-	10,1%	-2,3%	-5,8%

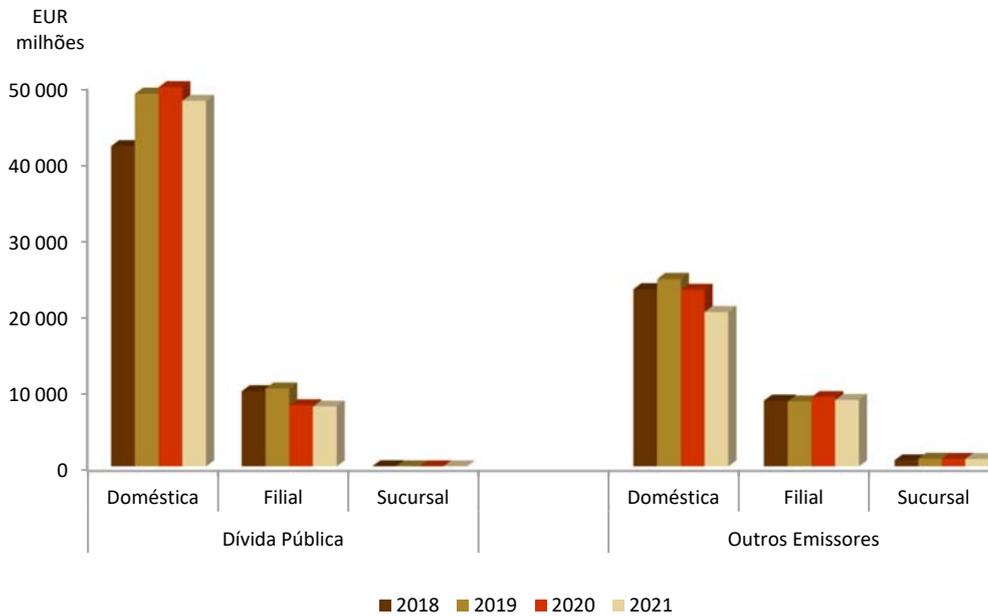
Fonte: IFs, APB.

Gráfico 22: Estrutura dos títulos de dívida, por dimensão das IF's, a 31 de dezembro



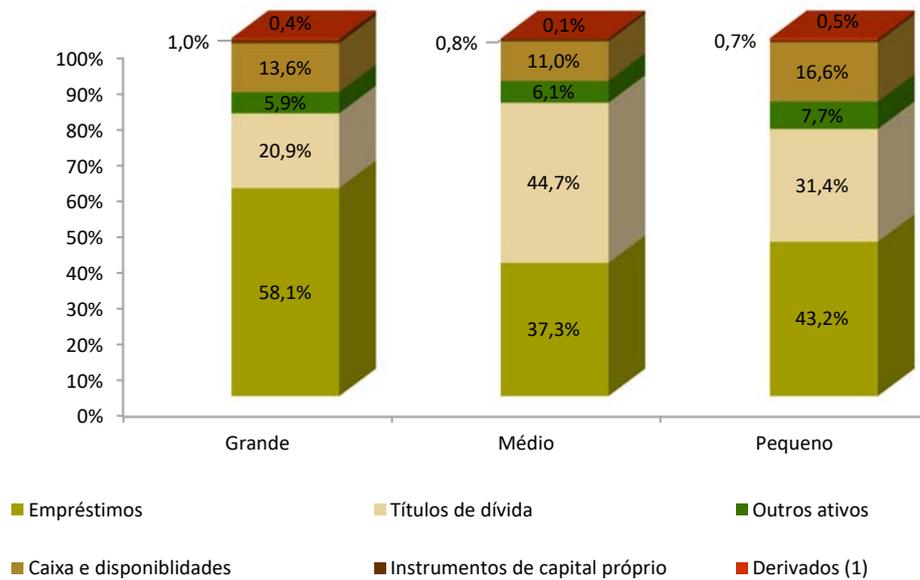
Fonte: IFs, APB.

Gráfico 23: Estrutura dos títulos de dívida, por origem/forma de representação legal, das IF's, a 31 de dezembro



Fonte: IFs, APB.

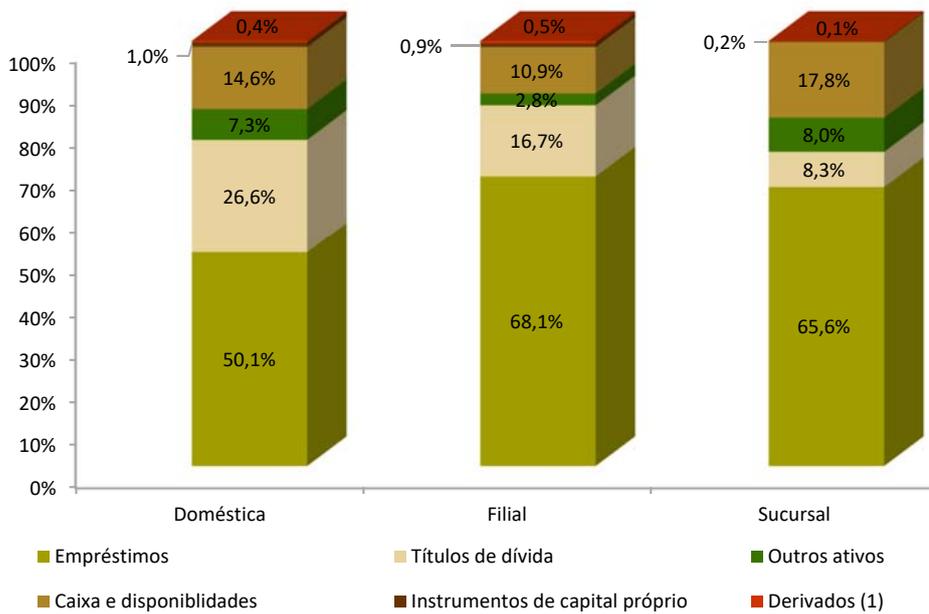
Gráfico 24: Estrutura do ativo por dimensão, a 31 de dezembro de 2022



Fonte: IFs, APB.

Nota: ⁽¹⁾ Não inclui derivados de cobertura.

Gráfico 25: Estrutura do ativo por origem/forma de representação legal, a 31 de dezembro de 2022



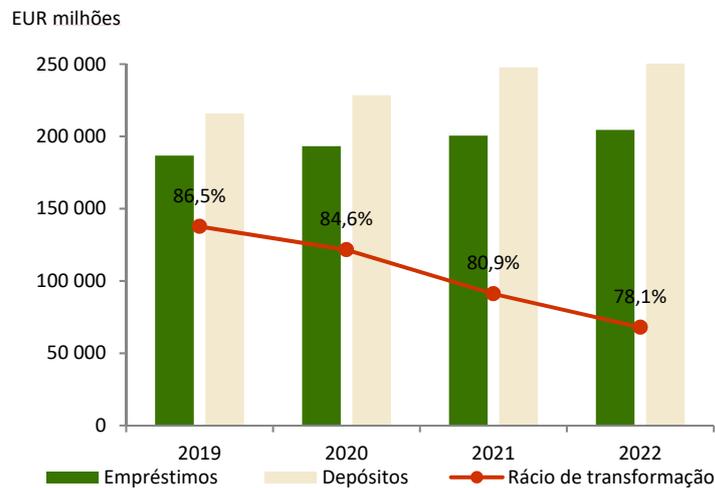
Fonte: IFs, APB.

Nota: ⁽¹⁾ Não inclui derivativos de cobertura.

Os depósitos reforçaram o seu peso na estrutura do financiamento das instituições financeiras para 70,8% tendo aumentado 5,6% face a 2021, para 261,6 mil milhões de euros. Esta subida foi transversal ao segmento dos particulares (+ 5,9%) e ao segmento das empresas e administração pública (+5,0%). Em termos de maturidade verificou-se um aumento dos depósitos à ordem de 41,1% e uma redução de 12,8% nos depósitos com prazo acordado, tendência que deverá ser invertida no atual cenário de subida acentuada das taxas de juros.

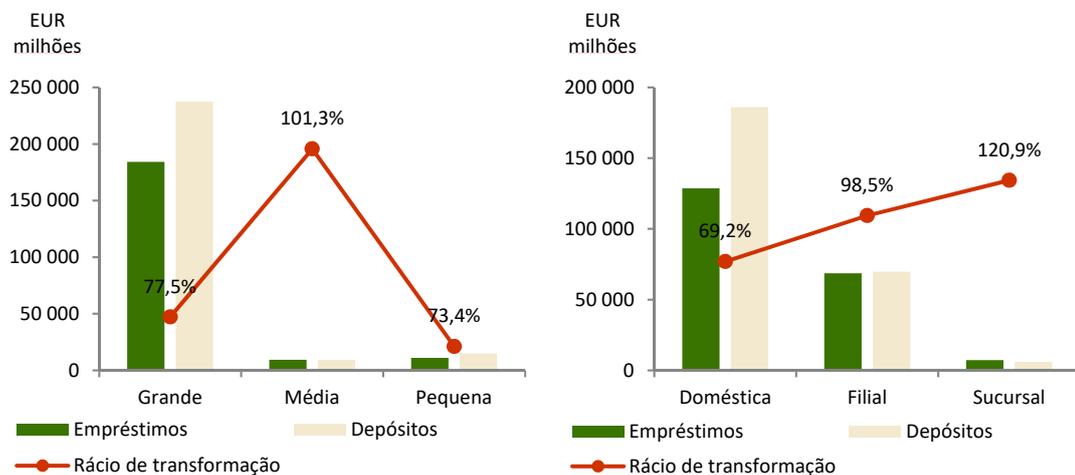
Como o aumento dos empréstimos a clientes foi inferior ao aumento dos depósitos de clientes, continuou a verificar-se uma redução do rácio de transformação que, em 2022, se situou em 78,1%, o que compara com 80,9%, em 2021.

Gráfico 26: Rácio de transformação, a 31 de dezembro de 2021



Fonte: IFs, APB.

Gráfico 27: Rácio de transformação por dimensão e origem/forma de representação legal, a 31 de dezembro de 2022



Fonte: IFs, APB.

O recurso a fontes de financiamento de mercado diminuiu 10,1% face a 2021, não obstante a emissão, pelos principais bancos, de instrumentos elegíveis para o cumprimento do requisito mínimo de fundos próprios e passivos elegíveis (MREL). Ainda assim, em 2022, o peso destes instrumentos na estrutura de financiamento das instituições financeiras era pouco expressivo (5,0% que compara com 5,3% no ano anterior).

Já o financiamento junto do Eurosistema diminuiu significativamente (-61,8% face a 2021), e passou a representar 5,2% dos depósitos, em resultado do reembolso antecipado, efetuado pelos bancos, em resposta às alterações nas taxas aplicáveis aos empréstimos TLTRO III que passaram a estar indexadas à evolução das taxas de juro diretoras, a partir de novembro de 2022.

Tabela 7: Composição e evolução da estrutura de financiamento agregado, a 31 de dezembro (2019-2022)

	2019	2020	2021	2022
Passivos financeiros contabilizados ao justo valor através de resultados				
Total (milhões €)	6 543	4 732	3 588	3 244
Taxa de crescimento anual	-	-27,7%	-24,2%	-9,6%
Em % do total de balanço	2,0%	1,3%	0,9%	0,9%
Passivos financeiros ao custo amortizado				
Total (milhões €)	287 743	312 989	341 664	327 896
Taxa de crescimento anual	-	8,8%	9,2%	-4,0%
Em % do total de balanço	86,6%	87,8%	89,1%	88,9%
Outros passivos				
Total (milhões €)	8 172	9 453	6 954	7 956
Taxa de crescimento anual	-	15,7%	-26,4%	14,4%
Em % do total de balanço	2,5%	2,7%	1,8%	2,2%
Total de Passivo	302 458	327 174	352 206	339 097
Taxa de crescimento anual	-	8,2%	7,7%	-3,7%
Em percentagem do total de balanço	91,1%	91,7%	92,0%	91,8%
Capitais Próprios				
Total (milhões €)	29 640	29 440	30 669	30 194
Taxa de crescimento anual	-	-0,7%	4,2%	-1,5%
Em % do total de balanço	8,9%	8,3%	8,0%	8,2%
Total de Passivo e Capitais Próprios	332 098	356 614	382 875	369 291

Fonte: IFs, APB.

Tabela 8: Composição da estrutura dos passivos financeiros, a 31 de dezembro (2019 – 2022)

	2019			2020			2021			2022		
	Passivos financeiros contabilizados ao justo valor através de resultados	Passivos financeiros pelo custo amortizado	Total	Passivos financeiros contabilizados ao justo valor através de resultados	Passivos financeiros pelo custo amortizado	Total	Passivos financeiros contabilizados ao justo valor através de resultados	Passivos financeiros pelo custo amortizado	Total	Passivos financeiros contabilizados ao justo valor através de resultados	Passivos financeiros pelo custo amortizado	Total
Derivados ⁽¹⁾ (milhões €)	3 243	-	3 243	3 074	-	3 074	1 764	-	1 764	1 338	-	1 338
Em % do total	49,6%	-	1,1%	65,0%	-	1,0%	49,1%	-	0,5%	41,2%	-	0,4%
Depósitos (milhões €)	1 720	263 351	265 071	259	288 799	289 058	25	315 540	315 565	538	305 573	306 111
Em % do total	26,3%	91,5%	90,1%	5,5%	92,3%	91,0%	0,7%	92,4%	91,3%	16,6%	93,2%	92,5%
Títulos de dívida emitidos (milhões €)	1 488	13 556	15 044	1 344	12 585	13 929	1 582	16 847	18 429	1 341	15 225	16 567
Em % do total	22,7%	4,7%	5,1%	28,4%	4,0%	4,4%	44,1%	4,9%	5,3%	41,3%	4,6%	5,0%
Outros passivos financeiros (milhões €)	92	10 836	10 928	55	11 605	11 660	217	9 277	9 494	27	7 098	7 125
Em % do total	1,4%	3,8%	3,7%	1,2%	3,7%	3,7%	6,1%	2,7%	2,7%	0,8%	2,2%	2,2%
Total	6 543	287 743	294 286	4 732	312 989	317 721	3 588	341 664	345 252	3 244	327 896	331 141

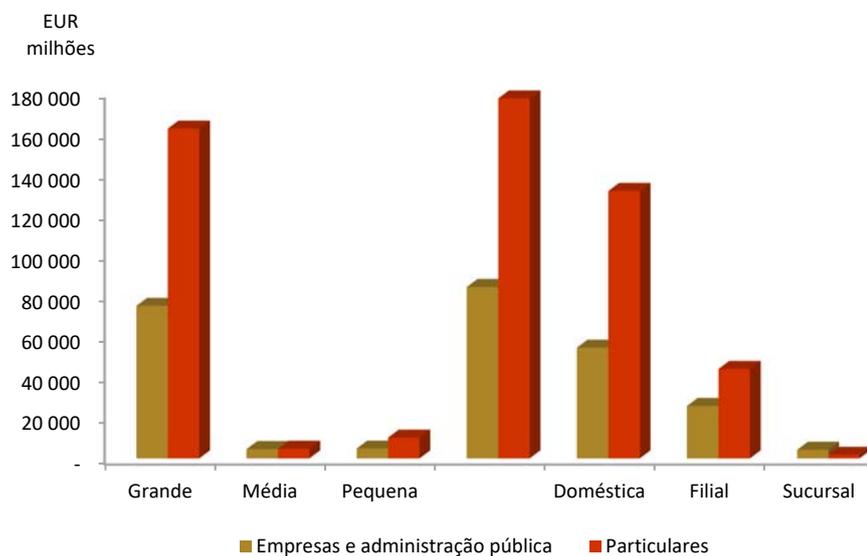
Fonte: IFs, APB.

Tabela 9: Depósitos a 31 de dezembro (2019-2022)

	2019	2020	2021	2022
Bancos centrais				
Total (milhões €)	16 998	32 137	41 506	15 846
Taxa de crescimento anual	-	89,1%	29,2%	-61,8%
Em % do total de depósitos	6,4%	11,1%	13,2%	5,2%
Instituições de crédito				
Total (milhões €)	32 250	28 505	26 318	28 695
Taxa de crescimento anual	-	-11,6%	-7,7%	9,0%
Em % do total de depósitos	12,2%	9,9%	8,3%	9,4%
Empresas e administração pública				
Total (milhões €)	68 564	71 912	80 366	84 389
Taxa de crescimento anual	-	4,9%	11,8%	5,0%
Em % do total de depósitos	25,9%	24,9%	25,5%	27,6%
Particulares				
Total (milhões €)	147 259	156 504	167 375	177 180
Taxa de crescimento anual	-	6,3%	6,9%	5,9%
Em % do total de depósitos	55,5%	54,1%	53,0%	57,8%
Total de depósitos de clientes	215 823	228 416	247 741	261 569
Taxa de variação anual	-	5,8%	8,5%	5,6%
Total de depósitos	265 071	289 058	315 565	306 111
Taxa de variação anual	-	9,0%	9,2%	-3,0%

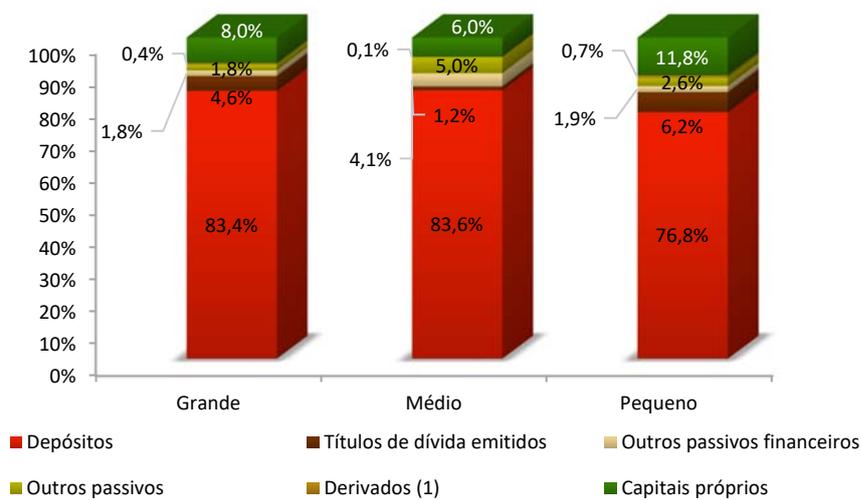
Fonte: IFs, APB.

Gráfico 28: Depósitos de clientes, por dimensão e origem/ forma de representação legal, a 31 de dezembro de 2022



Fonte: IFs, APB.

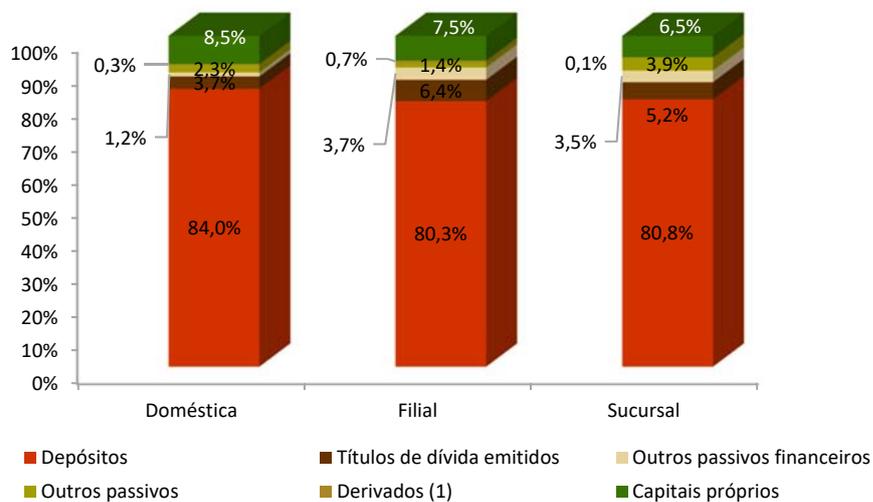
Gráfico 29: Estrutura do passivo por dimensão, a 31 de dezembro de 2022



Fonte: IFs, APB.

Nota: ⁽¹⁾ Não inclui derivativos de cobertura.

Gráfico 30: Estrutura do passivo por origem/forma de representação legal, a 31 de dezembro de 2022



Fonte: IFs, APB.

Nota: ⁽¹⁾ Não inclui derivativos de cobertura.

V.2. Análise da demonstração de resultados

Em 2022, continuou a observar-se um aumento significativo da rentabilidade agregada das instituições financeiras refletindo, essencialmente, a evolução positiva da margem financeira, devido ao contexto de subida rápida das taxas de juro, e a redução significativa no fluxo de provisões e imparidades.

Tabela 10: Demonstração dos resultados agregada (2019-2022)

	2019	2020	2021	2022
	milhões €	milhões €	milhões €	milhões €
Receitas de juros	6 154	5 541	5 416	6 436
Despesas com juros	-1 915	-1 447	-1 389	-1 673
Margem financeira (MF)	4 239	4 094	4 027	4 763
Rendimentos de serviços e comissões	2 710	2 588	2 814	3 018
Encargos com serviços e comissões	-468	-450	-474	-525
Resultados de serviços e comissões	2 242	2 138	2 340	2 493
Resultados de Operações Financeiras	80	-168	592	316
Outros Resultados	446	348	540	787
Produto bancário (PB)	7 007	6 412	7 499	8 359
Custos com pessoal	-2 274	-2 194	-2 140	-2 453
Gastos gerais administrativos	-1 311	-1 217	-1 204	-1 263
Depreciações e amortizações	-393	-410	-438	-475
Custos operacionais	-3 978	-3 821	-3 782	-4 191
Resultado bruto de exploração (RBE)	3 029	2 591	3 717	4 168
Provisões ou reversão de provisões	-122	-273	-598	-139
Imparidades de ativos financeiros, líquidas de reversões	-1 086	-2 089	-858	-533
Imparidades de investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, líquidas de reversões	25	-129	47	114
Imparidades de ativos não financeiros, líquidas de reversões	-269	-315	-84	-23
Provisões e imparidades	-1 452	-2 806	-1 493	-581
Goodwill negativo reconhecido nos resultados	52	-	-	-
Resultados de associadas	86	106	18	37
Resultados de ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda não elegíveis como unidades operacionais descontinuadas	132	51	37	49
Outros resultados	270	157	55	86
Resultado antes de impostos (RAI)	1 847	-58	2 279	3 673
Impostos relacionados com os resultados de unidades operacionais em continuação	-814	-401	-623	-811
Lucros ou prejuízos (-) de unidades operacionais descontinuadas após dedução de impostos	-	-41	1	-
Resultado líquido (RL)	1 033	-500	1 657	2 862

Fonte: IFs, APB.

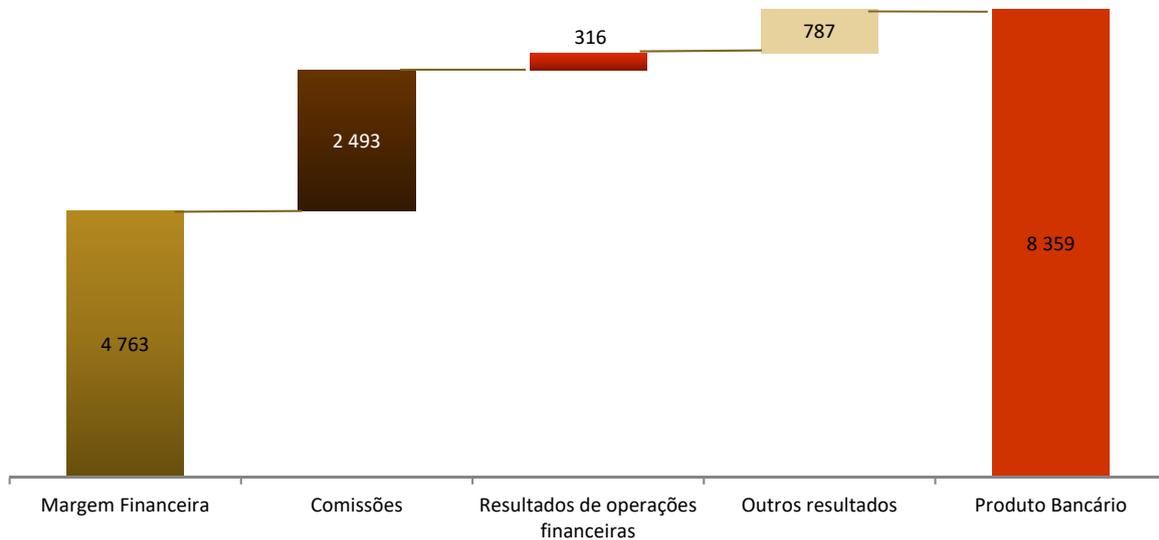
A margem financeira agregada das instituições financeiras ascendeu a 4,8 mil milhões de euros, tendo registado um aumento anual de 18,3%. A evolução da rubrica de juros recebidos beneficiou da subida acentuada e rápida das taxas de juro, realçando-se que cerca de 90% do stock de

empréstimos à habitação foi contratado em regime de taxa de juro variável. Por sua vez, a menor velocidade na transmissão da subida das taxas de juro do mercado interbancário para as taxas de juro dos depósitos contribuiu para o aumento significativo no diferencial entre as taxas de juro de empréstimos e de depósitos.

As comissões líquidas aumentaram 6,5% face a 2021, devido a uma maior procura de crédito e de operações de intermediação financeira.

Os resultados de operações financeiras situaram-se em 316 milhões de euros, o que compara com 592 milhões de euros em 2021.

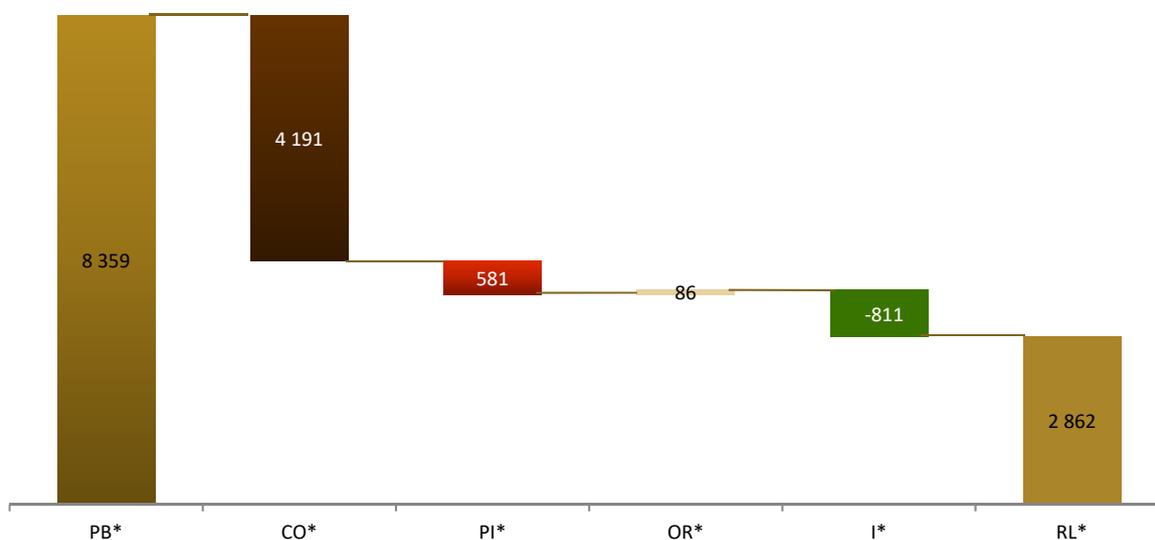
Gráfico 31: Desagregação do Produto Bancário, 2022



Fonte: IFs, A

Os custos operacionais registaram uma subida de 10,8%, face a 2021, devido, maioritariamente, ao aumento dos custos com pessoal ocorrido numa instituição financeira em particular (causado pelas compensações financeiras inerentes à extinção do seu Fundo de Pensões).

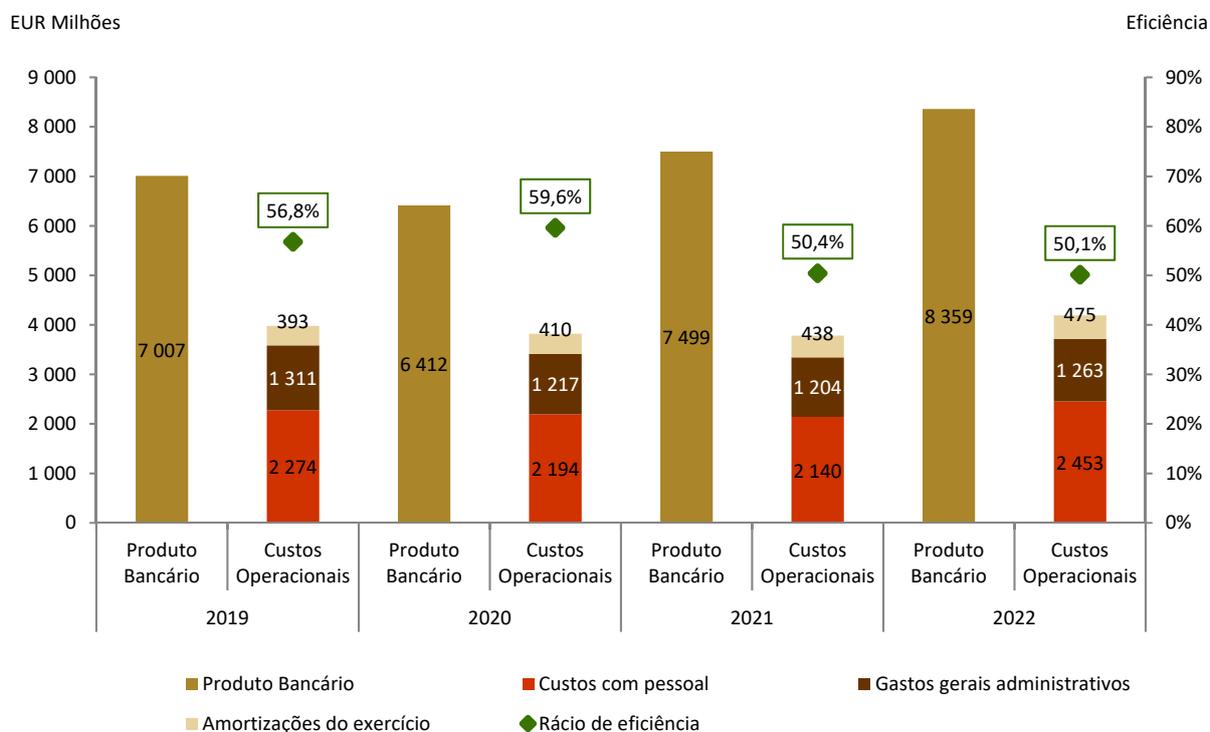
Gráfico 32: Desagregação do Resultado Líquido, 2022



Fonte: IFs, APB.

Nota: *PB – produto bancário; CO* – custos operacionais; PI* – provisões e imparidades; OR* – outros resultados; I* – impostos; RL* – resultado líquido.

Gráfico 33: Evolução do produto bancário, custos operacionais e rácio de eficiência

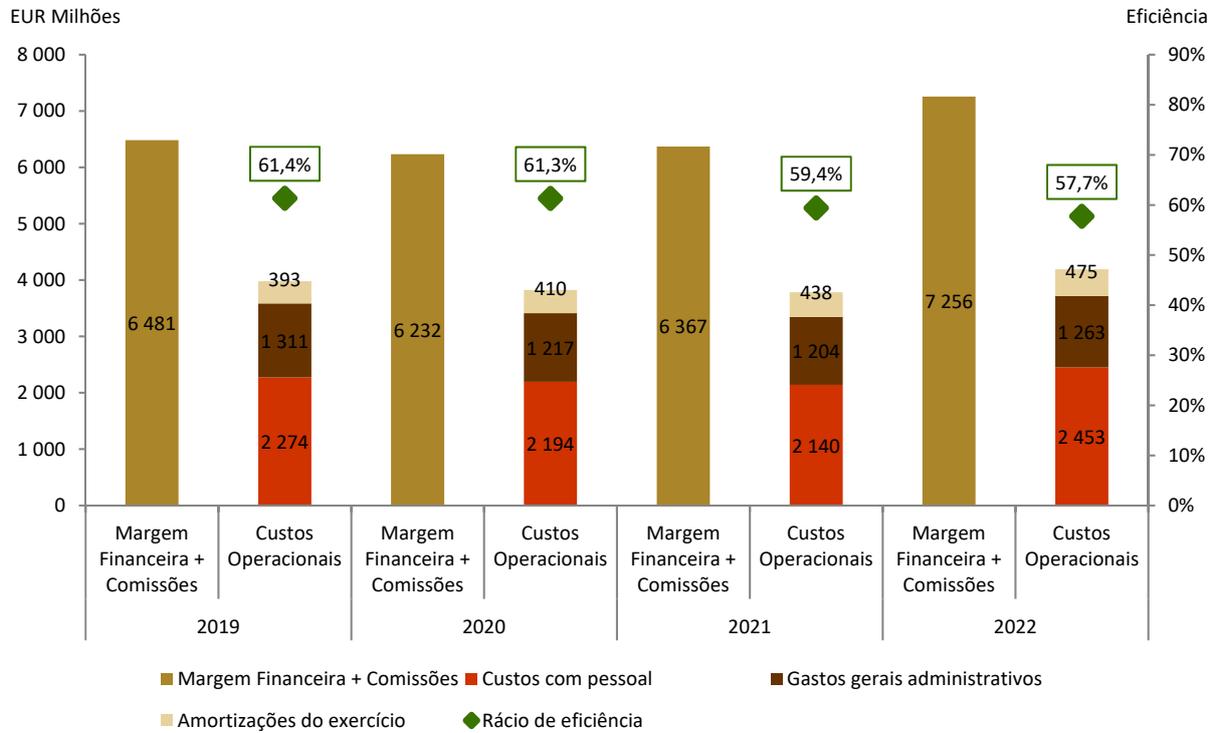


Fonte: IFs, APB.

O rácio de eficiência (*cost-to-income*) reduziu-se em 0,3 p.p. para 50,1%, e manteve-se abaixo da média da Área do Euro. Esta evolução refletiu o aumento do produto bancário que mais do que

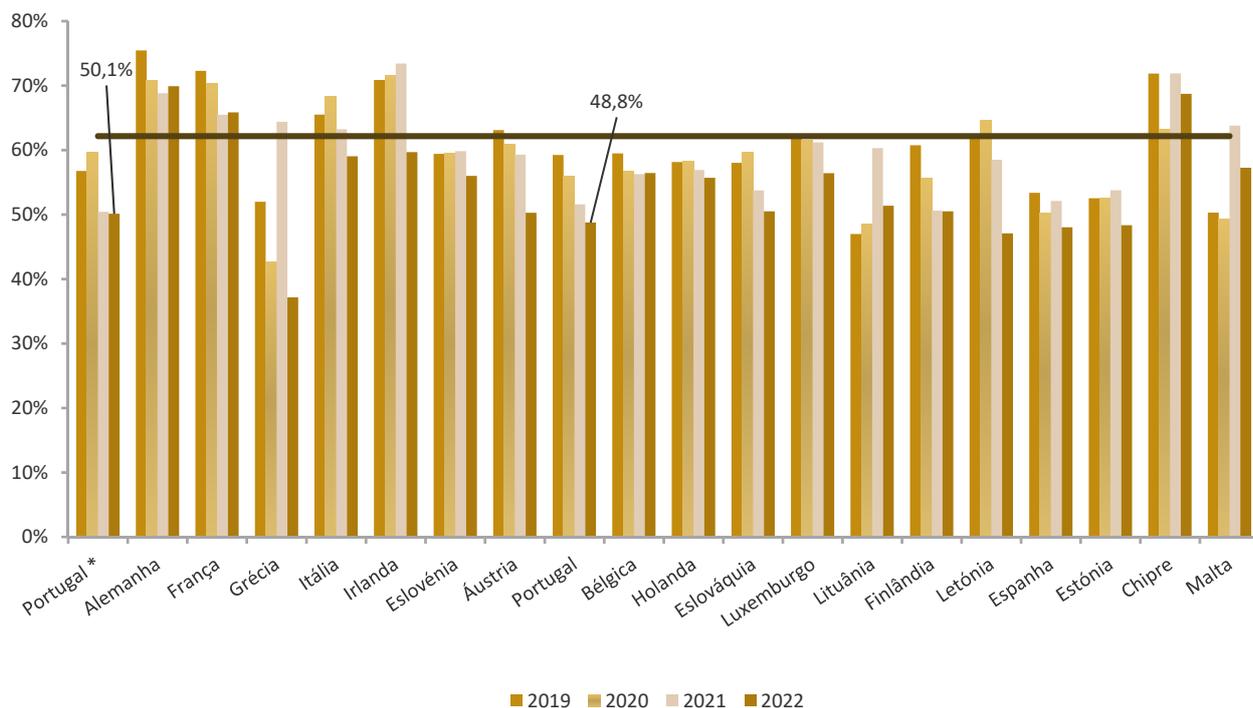
compensou a subida dos custos operacionais. No rácio *cost-to-income* recorrente verificou-se, também, uma melhoria de 1,7 p.p. para 57,7%.

Gráfico 34: Cost-to-income recorrente



Fonte: IFs, APB.

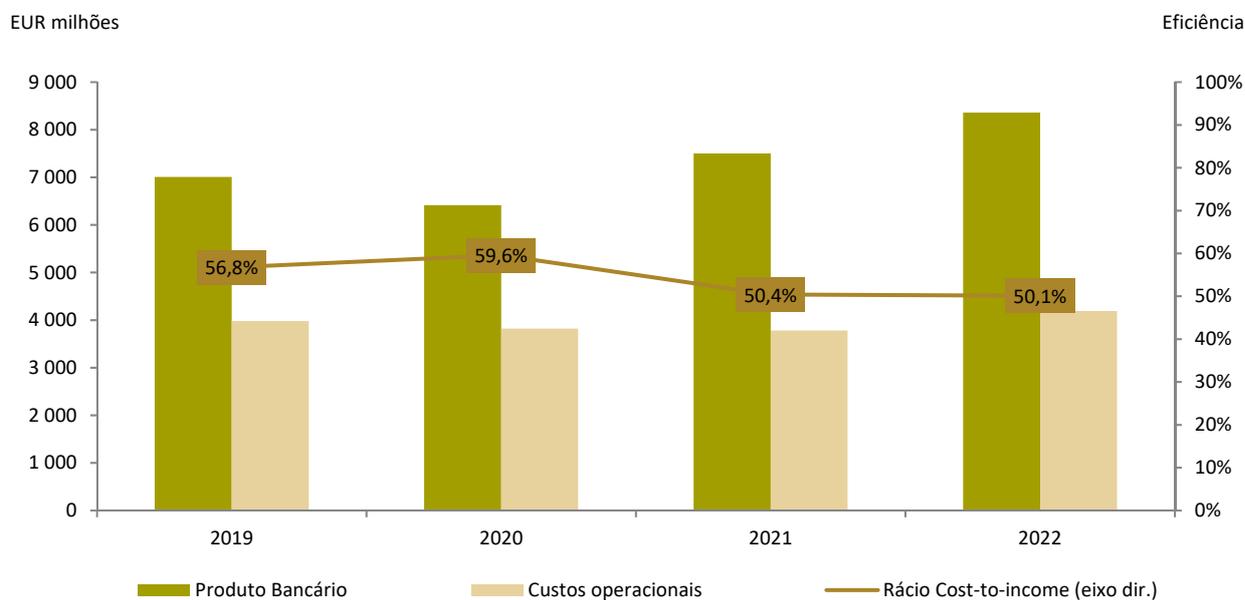
Gráfico 35: Rácio de eficiência na Área do Euro



Fonte: BCE, IFs, APB.

Nota*: Rácio de eficiência das instituições financeiras associadas da APB.

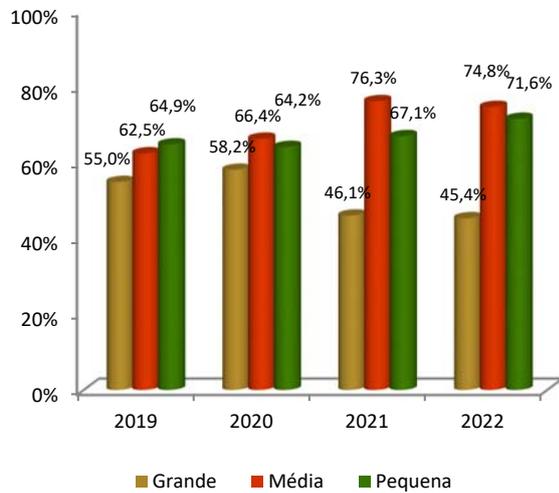
Gráfico 36: Decomposição do rácio de eficiência em Portugal



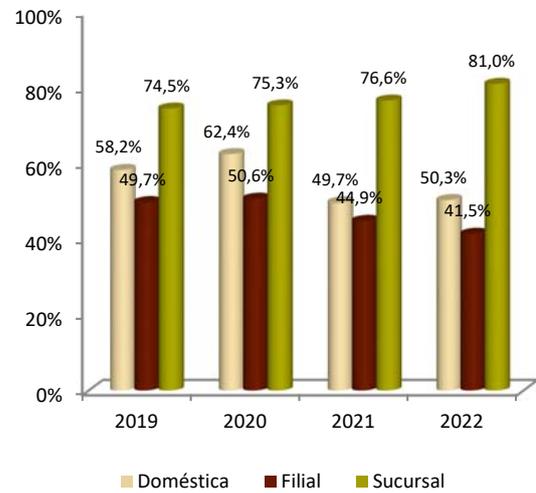
Fonte: IFs, APB.

Gráfico 37: Evolução do rácio de eficiência

a) Por dimensão



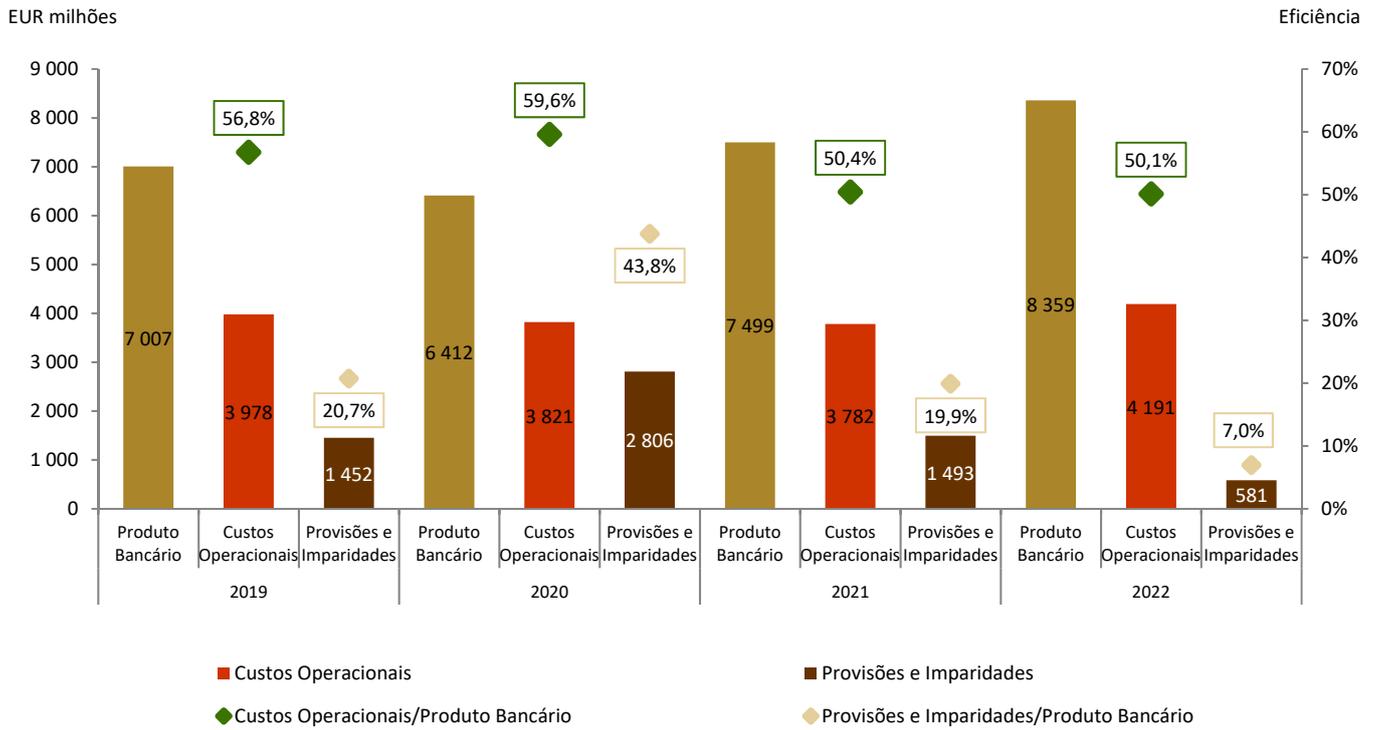
b) Por origem/forma de representação legal



Fonte: IFs, APB.

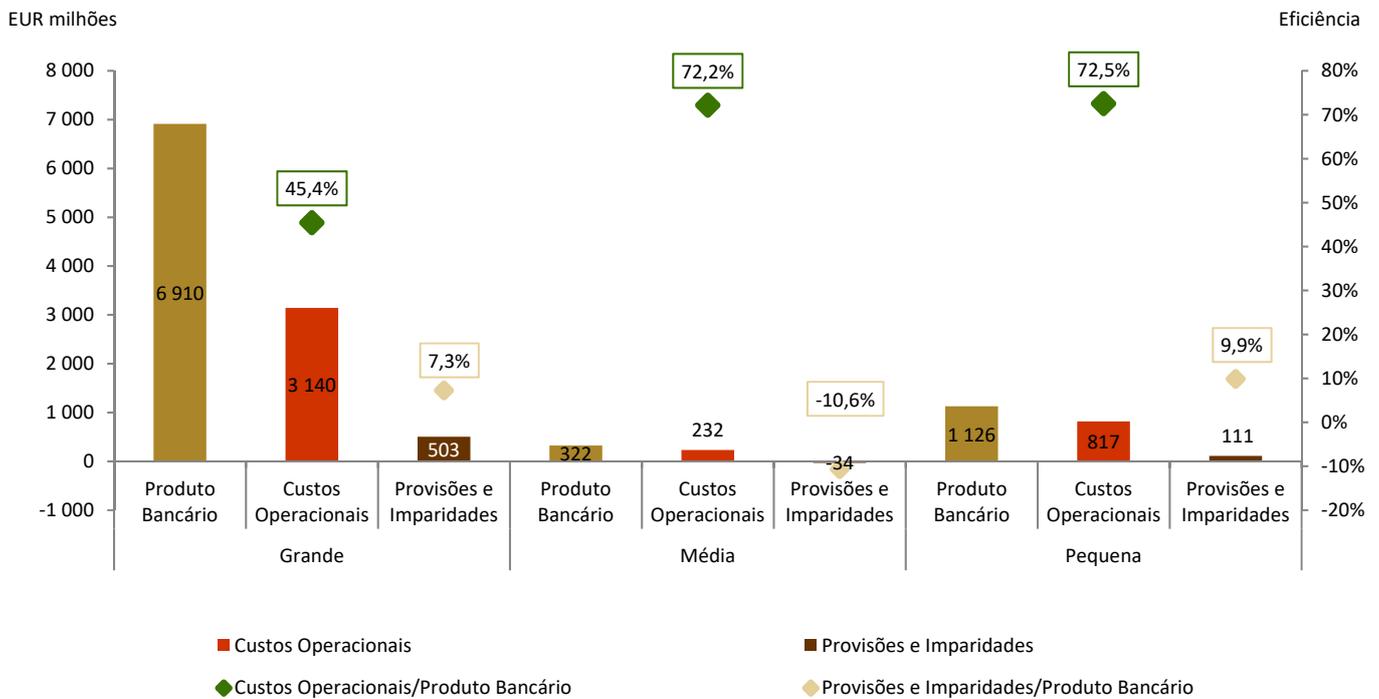
As provisões e imparidades totalizaram cerca de 0,6 mil milhões de euros, em 2022, o que compara com 1,5 mil milhões de euros no ano anterior. Esta evolução deve-se ao facto de se ter constituído um montante muito elevado durante a crise pandémica e que foi revertido nos anos subsequentes, bem como à reversão do efeito base de provisões registadas em 2021 por uma instituição bancária com vista a concretizar um plano de transformação operacional e comercial.

Gráfico 38: Evolução do produto bancário, custos operacionais e imparidades



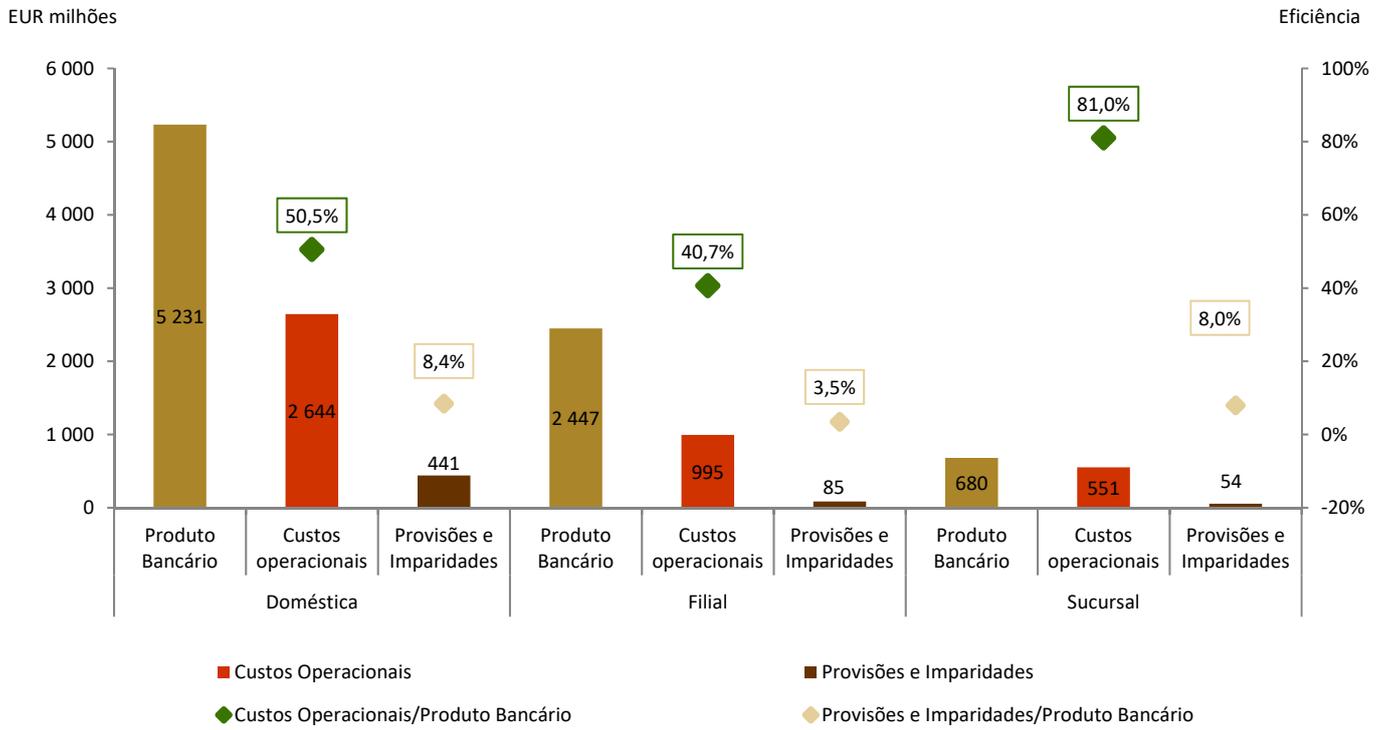
Fonte: IFs, APB.

Gráfico 39: Evolução do produto bancário, custos operacionais e imparidades por dimensão, 2022



Fonte: IFs, APB.

Gráfico 40: Evolução do produto bancário, custos operacionais e imparidades por origem/forma de representação legal, 2022



Fonte: IFs, APB.

V.3. Análise fiscal e parafiscal

Estima-se que o valor total de IRC se venha a situar em cerca de 206 milhões de euros em 2022 (contra 122 milhões de euros, em 2021), o que corresponde a uma taxa efetiva de IRC estimada de 21,1% (contra 21,6% em 2021).

Para efeitos da presente análise, procedeu-se a uma aproximação, em termos agregados, do montante total de imposto a pagar ao Estado, em sede de IRC, pelas instituições financeiras associadas. Para este cálculo, foram considerados os valores estimados para a matéria coletável, apurada a partir do resultado antes de impostos e das variações patrimoniais reconhecidas em reservas e resultados transitados, corrigidos pelos ajustamentos efetuados nos termos do CIRC.

Tabela 11: Aproximação ao montante total de imposto a pagar ao Estado, em sede de IRC, por referência aos exercícios de 2021 e 2022 na base de valores estimados para a matéria coletável, reconstituída a partir do resultado antes de impostos e das variações patrimoniais reconhecidas em reservas e resultados transitados

	2021 milhões €	2022 milhões €
Resultado Antes de Impostos ^{a)}	2 252	3 657
Ajustamentos para apuramento do lucro tributável / prejuízo fiscal		
De aplicação a todos os sujeitos passivos de IRC:		
Mais-valias e imparidades em participações (líquidas)	(1 306)	(702)
Eliminação da dupla tributação económica dos lucros distribuídos	(265)	(382)
Benefícios fiscais	(9)	(7)
Gastos e rendimentos não relevantes para efeitos fiscais	(30)	(35)
Provisões para outros riscos	50	(215)
Imputação de lucros de sociedades não residentes sujeitas a um regime fiscal privilegiado	54	49
Benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios pós-emprego ou a longo prazo de empregados	(78)	(67)
Imparidades para risco de crédito	(1 459)	(1 748)
Outros ^{b)}	53	341
Lucro Tributável / Prejuízo Fiscal do Exercício	(738)	891
Utilização de prejuízos fiscais de exercícios anteriores	(66)	(203)
Matéria Coletável ^{c)}	566	976
Impostos sobre o rendimento (IRC)	122	206
Taxa de Imposto sobre o Rendimento (%)	21,6%	21,1%

Fonte: IFs, APB.

^{a)} Corresponde ao resultado antes de impostos das 23 instituições financeiras que integram a amostra neste capítulo.

^{b)} Inclui variações patrimoniais positivas e negativas não refletidas em resultado líquido do exercício, mas reconhecidas em reservas e resultados transitados.

^{c)} O valor do lucro tributável agregado é composto pelo somatório de lucros tributáveis e prejuízos fiscais das diversas instituições financeiras da amostra. As instituições financeiras que tenham registado prejuízo fiscal no exercício não possuem matéria coletável, motivo pelo qual só se incluem no campo Matéria Coletável os valores agregados das associadas que registem lucros tributáveis (mesmo após a dedução de prejuízos), valor que, logicamente, será necessariamente superior ao valor dos lucros tributáveis agregados (que contém os valores dos referidos prejuízos).

Adicionalmente, estima-se que o montante a pagar pelas instituições financeiras, ao Estado Português, relativo a Derramas, Tributações Autónomas e impostos a que estão sujeitos nos países onde operam, se tenha situado em 124 milhões de euros em 2022, o que compara com 75 milhões de euros no ano anterior.

Tabela 12: Aproximação ao montante de derramas, tributações autónomas e imposto sobre o rendimento suportado no estrangeiro (2021-2022)

	2021 milhões €	2022 milhões €
Impostos sobre o rendimento suportados no estrangeiro líquidos de dedução por dupla tributação	13	7
Tributações autónomas	7	8
Derramas ^{a)}	55	109
Total de Derramas, Tributações Autónomas e Imposto sobre o Rendimento Suportado no Estrangeiro	75	124

Fonte: IFs, APB.

^{a)} A aproximação às derramas correspondeu à aplicação de uma taxa de 1,5% sobre o lucro tributável, a que acresceu uma taxa entre 3% a 7% consoante o montante do lucro tributável.

As instituições financeiras também suportam outros encargos fiscais de exploração, tais como o Imposto do Selo, o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) não dedutível, e o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI). Para efeitos da Tabela 13, estes impostos estão agrupados sob a designação de outros encargos fiscais de exploração e totalizaram 302 milhões de euros em 2022, o que compara com 252 milhões de euros em 2021.

Em 2022, os tributos específicos sobre o sector bancário totalizaram 419 milhões de euros, o que compara com 374 milhões de euros no ano anterior. Mais especificamente, este valor correspondeu a 176 milhões de euros relativos à Contribuição sobre o Sector Bancário; 32 milhões de euros relativos ao Adicional de Solidariedade sobre o Sector Bancário e 211 milhões de euros relativos à Contribuição para o fundo de resolução e fundo único de resolução.

Estes tributos são calculados da seguinte forma:

- Contribuição sobre o Sector Bancário (Lei nº 55 – A/2010, de 31 de dezembro e Portaria nº 121/2011, de 30 de março, do Ministério das Finanças e da Administração Pública), incide sobre:
 - a) o passivo apurado e aprovado pelos sujeitos passivos deduzidos dos fundos próprios de base (*Tier 1*) e complementares (*Tier 2*) e dos depósitos abrangidos pelo Fundo de Garantia de Depósitos. A taxa aplicável é de 0,05% sobre o valor apurado.
 - b) o valor nominal dos instrumentos financeiros derivados fora do balanço apurado pelos sujeitos passivos. A taxa aplicável é de 0,00015% sobre o valor calculado.
- O Adicional de Solidariedade sobre o Sector Bancário (Lei nº 27-A/2020, de 24 de julho) tem por objetivo reforçar os mecanismos de financiamento do sistema de segurança social. A base de incidência é a mesma da Contribuição sobre o Sector Bancário, sendo as taxas aplicáveis para as alíneas a) e b) de 0,02% e 0,00005%, respetivamente.

A carga parafiscal inclui as contribuições para a Segurança Social, para os fundos de pensões e para o SAMS (Serviço de Assistência Médico-Social) e totalizou 412 milhões de euros, o que compara com 558 milhões de euros em 2021. Esta variação ficou a dever-se à redução dos encargos com pensões, na sequência do aumento da taxa de desconto (em consequência do aumento das taxas de juro), que originou uma redução das responsabilidades com pensões.

Tabela 13: Carga fiscal e parafiscal (2021-2022)

	2021 milhões €	2022 milhões €
Carga Fiscal		
Outros encargos fiscais de exploração ^{a)}	252	302
Contribuição sobre o sector bancário	160	176
Adicional de solidariedade sobre o sector bancário	30	32
Contribuição para o fundo de resolução e fundo único de resolução	184	211
Total	626	721
Carga Parafiscal		
Taxa Social Única	277	272
Encargos com pensões	194	49
Outros encargos	87	91
Total	558	412
Total	1 184	1 133

Fonte: IFs, APB.

a) Englobam Imposto do Selo, IVA não dedutível e IMI.

VI. Análise de solvabilidade¹⁴

Tabela 14: Adequação dos fundos próprios, a 31 de dezembro (2019-2022)

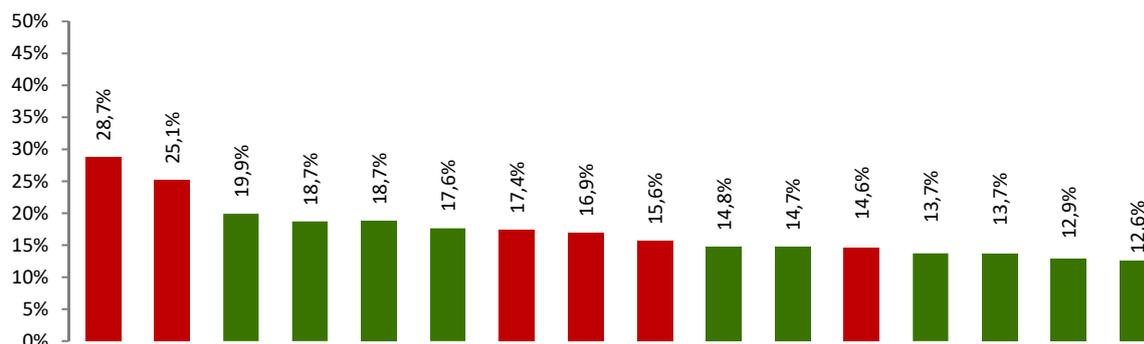
	2019	2020	2021	2022
Ativo Total (Milhões €)				
Ativo total ^{a)}	353 561	372 770	407 696	400 860
Fundos Próprios (Milhões €)				
Common Equity Tier 1 (CET1)	27 069	27 789	27 804	27 225
Tier 1	29 094	29 839	29 140	28 548
Tier 2	2 774	2 789	3 087	3 425
Fundos próprios elegíveis	31 868	32 628	32 227	31 973
Ativos Ponderados pelo Risco – RWA (Milhões €)				
Risco de crédito	155 958	159 694	155 629	148 332
Risco de mercado	5 421	5 917	5 747	5 606
Risco operacional	15 501	15 234	15 261	15 778
Posições em risco - Ajustamento da avaliação de crédito	408	372	359	891
Outros	788	1 312	1 643	2 030
Ativos ponderados pelo risco - RWA	178 076	182 529	178 639	172 637
Rácios de Fundos Próprios (%)¹⁵				
CET1	15,2%	15,2%	15,6%	15,8%
Tier 1	16,3%	16,3%	16,3%	16,5%
Solvabilidade total	17,9%	17,9%	18,0%	18,5%

Fonte: IFs, APB

a) Não inclui valores extra-patrimoniais.

O rácio CET1 agregado situou-se em 15,8%, e o rácio de solvabilidade total em 18,5%, ambos ligeiramente superiores aos rácios apurados no ano anterior.

Gráfico 41: Rácios Common Equity Tier 1, das Instituições Financeiras Associadas a 31 de dezembro de 2022



Fonte: IFs, APB.

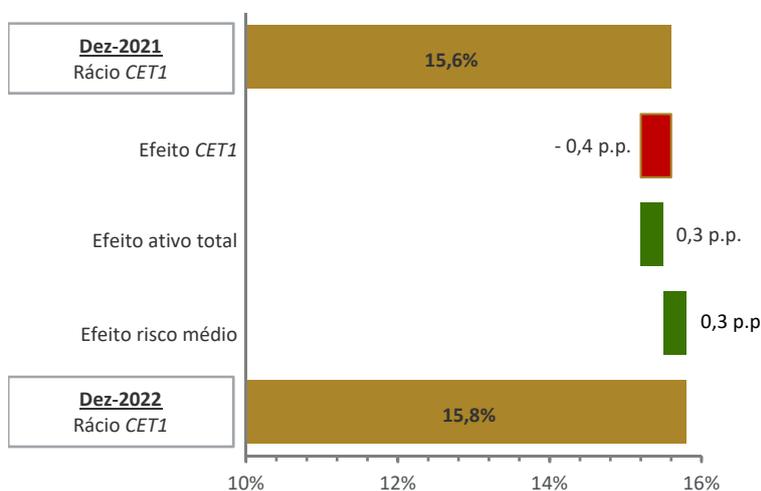
Nota: Rácios CET1 ordenados por ordem decrescente. As colunas vermelhas (verdes) identificam as instituições que diminuíram (aumentaram) o seu rácio de solvabilidade de melhor qualidade entre 2021 e 2022.

¹⁴ A análise de solvabilidade conduzida baseia-se nas demonstrações financeiras sujeitas aos requisitos prudenciais das instituições domésticas e filiais. Este critério levou a uma amostra de 15 IF's associadas, das quais numa são utilizadas as contas individuais e nas restantes as contas consolidadas.

¹⁵ Rácios calculados segundo as regras *phase-in*.

O rácio de CET1 aumentou 0,2 p.p. face ao ano anterior o que reflete o efeito conjunto do contributo positivo do efeito do risco médio dos ativos (+0,3 p.p.)¹⁶ e do ativo total (0,3 p.p.), que mais do que compensaram a redução do capital CET1.

Gráfico 42: Decomposição da variação do rácio CET 1



Fonte: IFs, APB.

A redução do capital CET1 deveu-se sobretudo ao retomar da distribuição de dividendos, após a retenção verificada no período da pandemia, e às perdas registadas nos títulos avaliados ao justo valor através de outro rendimento integral, como consequência do aumento das taxas de juro.

O principal fator explicativo para a descida da rubrica agregada de ativos ponderados pelo risco (RWAs) foi o decréscimo dos RWAs para risco de crédito (7,3 mil milhões de euros) que, em 2022, continuaram a ser a maior fonte de consumo de capital, correspondendo a 85,9% dos requisitos totais.

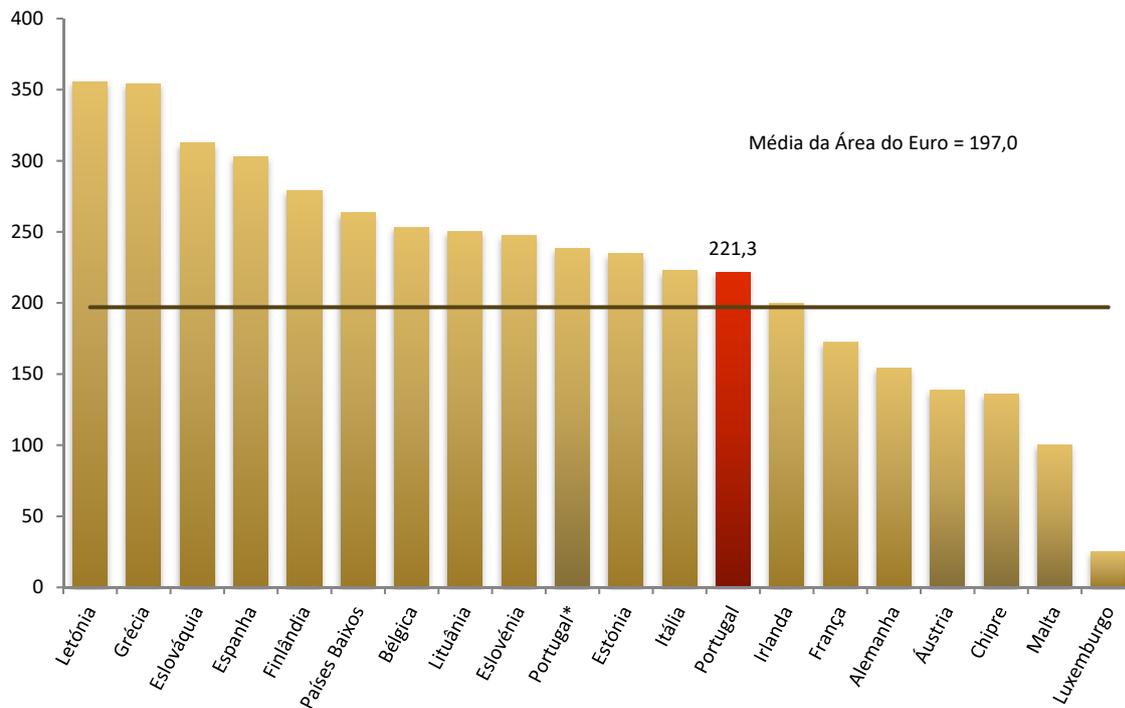
¹⁶ Para entender os efeitos destes três elementos, relembra-se que o nível de solvabilidade é calculado como: Fundos Próprios / (Ativo total * Risco médio), onde o “risco médio”, também designado por ponderador médio de risco dos ativos, é dado pelo rácio entre os ativos ponderados pelo risco e o ativo total.

VII. Indicadores de Produtividade

A evolução dos indicadores de produtividade¹⁷, que quantificam a atividade ou *performance* por balcão ou colaborador, refletem o impacto dos processos de reestruturação e redimensionamento das estruturas operativas do sistema bancário português que têm sido implementados nos últimos anos.

O sector regista um número de habitantes por empregado ainda acima da média dos países da Área do Euro, contudo, a produtividade quer em termos de ativo gerado por balcão, quer de ativo por empregado, apesar de ter aumentado nos últimos anos, é substancialmente inferior à média da Área do Euro. Em termos de ativo gerado por balcão, Portugal é o país com o valor mais baixo da Área do Euro.

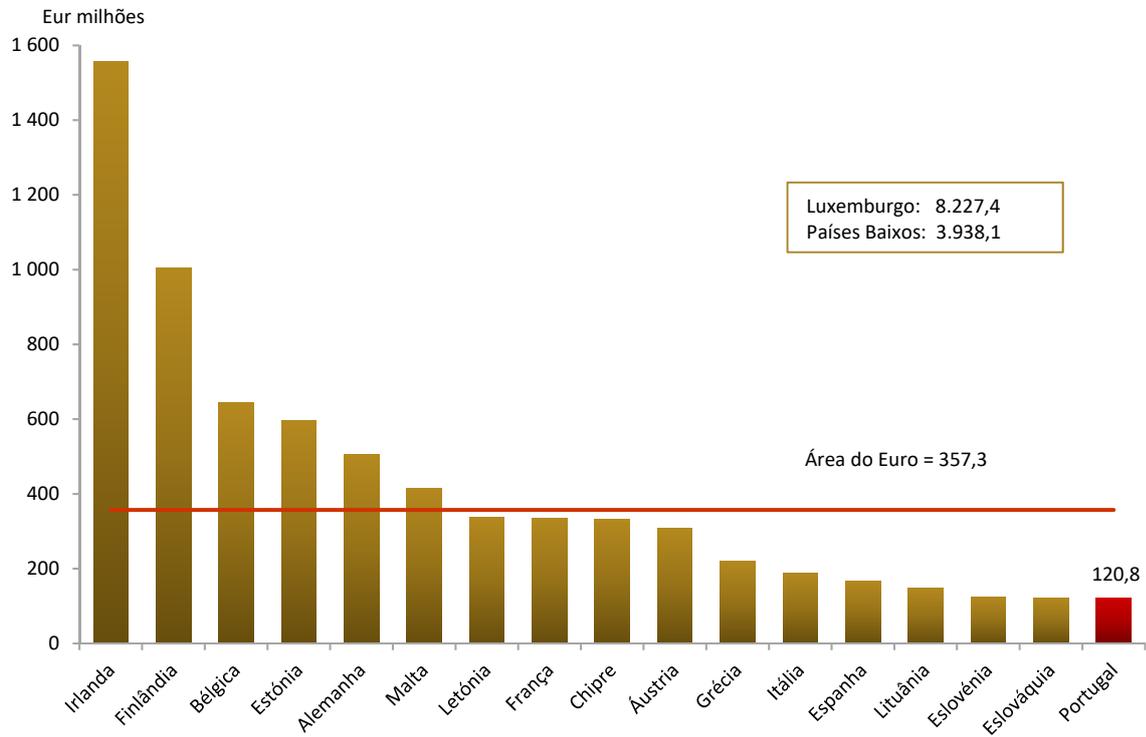
Gráfico 43: Habitantes por empregado na Área do Euro, a 31 de dezembro de 2022



Fonte: Eurostat e BCE.

¹⁷ A análise foi efetuada tendo por base o número global de empregados (afetos à atividade doméstica e à atividade internacional), bem como o número total de balcões (incluindo as agências bancárias em Portugal e as das sucursais e escritórios de representação no exterior).

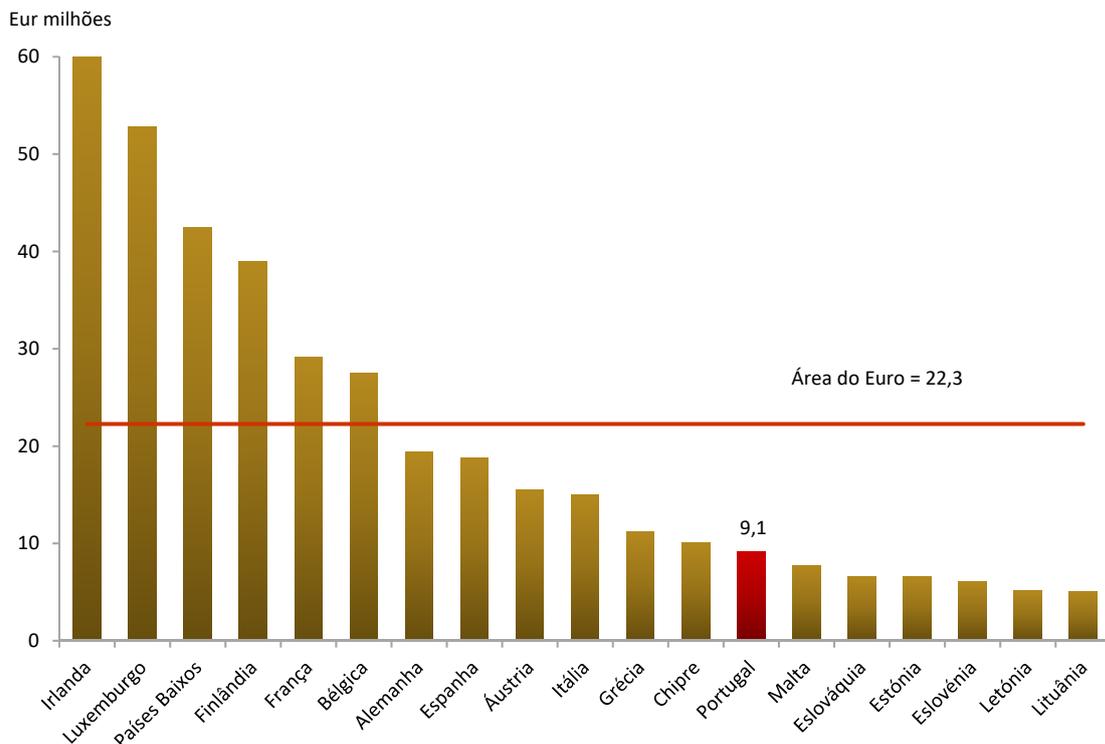
Gráfico 44: Ativo por balcão, a 31 de dezembro de 2022



Fonte: BCE.

Nota: O gráfico não inclui o Luxemburgo e os Países Baixos por questões de leitura.

Gráfico 45: Ativo por empregado, a 31 de dezembro de 2022



Fonte: BCE.

Tabela 15: Outros Indicadores de Produtividade (2019-2022)

	2019	2020	2021	2022
Número Global de Empregados ^{a)}				
Total	42 012	40 478	37 772	37 134
Taxa de variação anual	-	-3,7%	-6,7%	-1,7%
População por Empregado				
Total (número de habitantes)	245	254	274	282
Taxa de variação anual	-	3,8%	7,6%	2,9%
Ativo Total Médio ^{b)} por Empregado				
Total (milhares €)	7 795	8 443	9 714	10 032
Taxa de variação anual	-	8,3%	15,1%	3,3%
Custo Médio ^{c)} por Empregado				
Total (milhares €)	50	49	51	59
Taxa de variação anual	-	-1,5%	2,7%	15,7%
Produto Bancário por Empregado				
Total (milhares €)	161	151	190	215
Taxa de variação anual	-	-5,9%	25,3%	13,2%
Número de Balcões ^{a)}				
Total	4 068	3 832	3 532	3 305
Taxa de variação anual	-	-5,8%	-7,8%	-6,4%
População por Balcão				
Total (número de habitantes)	2 531	2 687	2 928	3 167
Taxa de variação anual	-	6,2%	9,0%	8,2%
Balcão por 100.000 habitantes				
Total (número de balcões)	40	37	34	32
Taxa de variação anual	-	-5,8%	-8,2%	-7,5%
Ativo Total Médio ^{b)} por Balcão				
Total (milhares €)	80 497	89 180	103 883	112 715
Taxa de variação anual	-	10,8%	16,5%	8,5%
Depósitos por Balcão				
Total (milhares €)	52 776	59 265	69 823	78 233
Taxa de variação anual	-	12,3%	17,8%	12,0%
Produto Bancário por Balcão				
Total (milhares €)	1 663	1 600	2 029	2 414
Taxa de variação anual	-	-3,8%	26,8%	19,0%

Fonte: IFs, APB.

Nota: A amostra exclui um Associado cuja natureza da atividade é muito específica.

^{a)} Inclui o número de balcões e colaboradores em Portugal, bem como das sucursais e dos escritórios de representação no exterior.

^{b)} Equivale à média aritmética entre o ativo do período n e o ativo do período n-1.

^{c)} Apenas custos com pessoal.

Tabela 16: Outros indicadores de eficiência, por dimensão (2019-2022)

	Grande				Média				Pequena			
	2019	2020	2021	2022	2019	2020	2021	2022	2019	2020	2021	2022
Número Global de Empregados ^{a)}												
Total	33 590	32 093	29 345	28 592	5 944	5 875	5 866	5 824	2 478	2 510	2 561	2 718
Taxa de variação anual	-	-4,5%	-8,6%	-2,6%	-	-1,2%	-0,2%	-0,7%	-	1,3%	2,0%	6,1%
População por Empregado												
Total (número de habitantes)	306	321	351	360	1 729	1 752	1 756	1 768	4 147	4 102	4 021	3 789
Taxa de variação anual	-	4,9%	9,4%	2,6%	-	1,4%	0,2%	0,7%	-	-1,1%	-2,0%	-5,8%
Ativo Total Médio^{b)} por Empregado												
Total (milhares €)	8 564	9 310	10 878	11 279	3 888	4 594	4 991	4 992	7 193	6 876	7 743	8 366
Taxa de variação anual	-	8,7%	16,8%	3,7%	-	18,2%	8,6%	0,0%	-	-4,4%	12,6%	8,0%
Custo Médio ^{e)} por Empregado												
Total (milhares €)	54	54	55	65	23	21	24	25	66	59	62	63
Taxa de variação anual	-	-0,1%	2,4%	18,2%	-	-5,8%	12,1%	5,8%	-	-10,4%	5,4%	0,7%
Produto Bancário por Empregado												
Total (milhares €)	169	158	209	242	67	65	61	64	283	271	270	255
Taxa de variação anual	-	-6,3%	32,0%	15,9%	-	-3,5%	-6,3%	5,4%	-	-4,2%	-0,4%	-5,4%
Número de Balcões ^{a)}												
Total	2 837	2 620	2 328	2 116	914	896	883	870	317	316	321	319
Taxa de variação anual	-	-7,6%	-11,1%	-9,1%	-	-2,0%	-1,5%	-1,5%	-	-0,3%	1,6%	-0,6%
População por Balcão												
Total (número de habitantes)	3 622	3 930	4 424	4 867	11 244	11 491	11 663	11 837	32 418	32 582	32 082	32 283
Taxa de variação anual	-	8,5%	12,6%	10,0%	-	2,2%	1,5%	1,5%	-	0,5%	-1,5%	0,6%
Balcões por 100.000 habitantes												
Total (número de balcões)	28	25	23	21	9	9	9	8	3	3	3	3
Taxa de variação anual	-	-7,8%	-11,2%	-9,1%	-	-2,2%	-1,5%	-1,5%	-	-0,5%	1,6%	-0,6%
Ativo Total Médio ^{b)} por Balcão												
Total (milhares €)	101 403	114 045	137 123	152 406	25 282	30 123	33 156	33 419	56 230	54 619	61 773	71 278
Taxa de variação anual	-	12,5%	20,2%	11,1%	-	19,1%	10,1%	0,8%	-	-2,9%	13,1%	15,4%
Depósitos por Balcão												
Total (milhares €)	69 476	79 586	96 919	112 179	10 720	11 008	12 124	12 227	26 363	29 689	33 783	37 795
Taxa de variação anual	-	14,6%	21,8%	15,7%	-	2,7%	10,1%	0,8%	-	12,6%	13,8%	11,9%
Produto Bancário por Balcão												
Total (milhares €)	1 996	1 935	2 629	3 266	437	425	403	428	2 210	2 151	2 152	2 174
Taxa de variação anual	-	-3,1%	35,9%	24,2%	-	-2,8%	-5,1%	6,2%	-	-2,6%	0,0%	1,0%

Fonte: IFs, APB. Nota: A amostra exclui um Associado cuja natureza da atividade é muito específica.

^{a)} Inclui o número de balcões e colaboradores em Portugal, bem como das sucursais e dos escritórios de representação no exterior ^{b)} Equivale à média aritmética entre o ativo do período n e o ativo do período n-1.

Tabela 17: Outros indicadores de eficiência, por origem/forma de representação legal (2019-2022)

	Doméstica				Filial				Sucursal			
	2019	2020	2021	2022	2019	2020	2021	2022	2019	2020	2021	2022
Número Global de Empregados ^{a)}												
Total	29 241	28 148	26 745	26 323	11 872	11 463	10 155	9 942	899	867	872	869
Taxa de variação anual	-	-3,7%	-5,0%	-1,6%	-	-3,4%	-11,4%	-2,1%	-	-3,6%	0,6%	-0,3%
População por Empregado												
Total (número de habitantes)	351	366	385	391	866	898	1 014	1 036	11 431	11 875	11 810	11 851
Taxa de variação anual	-	4,1%	5,3%	1,6%	-	3,8%	12,9%	2,1%	-	3,9%	-0,6%	0,3%
Ativo Total Médio^{b)} por Empregado												
Total (milhares €)	7 722	8 463	9 597	9 902	7 895	8 353	10 128	10 507	10 101	10 473	10 110	10 584
Taxa de variação anual	-	9,6%	13,4%	3,2%	-	5,8%	21,3%	3,7%	-	3,7%	-3,5%	4,7%
Custo Médio ^{e)} por Empregado												
Total (milhares €)	48	47	47	59	54	55	58	58	70	69	67	71
Taxa de variação anual	-	-3,2%	1,7%	23,5%	-	2,2%	5,8%	-0,2%	-	-1,4%	-2,0%	5,9%
Produto Bancário por Empregado												
Total (milhares €)	143	130	168	196	191	189	234	253	351	347	344	343
Taxa de variação anual	-	-9,2%	29,2%	17,0%	-	-0,7%	23,5%	7,9%	-	-1,2%	-0,9%	-0,3%
Número de Balcões ^{a)}												
Total	2 988	2 876	2 737	2 545	994	871	710	678	86	85	85	82
Taxa de variação anual	-	-3,7%	-4,8%	-7,0%	-	-12,4%	-18,5%	-4,5%	-	-1,2%	0,0%	-3,5%
População por Balcão												
Total (número de habitantes)	3 439	3 580	3 763	4 046	10 339	11 821	14 505	15 189	119 496	121 128	121 156	125 588
Taxa de variação anual	-	4,1%	5,1%	7,5%	-	14,3%	22,7%	4,7%	-	1,4%	0,0%	3,7%
Balcões por 100.000 habitantes												
Total (número de balcões)	29	28	27	25	10	8	7	7	0,8	0,8	0,8	0,8
Taxa de variação anual	-	-3,9%	-4,9%	-7,0%	-	-12,5%	-18,5%	-4,5%	-	-1,3%	0,0%	-3,5%
Ativo Total Médio ^{b)} por Balcão												
Total (milhares €)	75 571	82 830	93 776	102 413	94 292	109 928	144 858	154 079	105 589	106 827	103 716	112 162
Taxa de variação anual	-	9,6%	13,2%	9,2%	-	16,6%	31,8%	6,4%	-	1,2%	-2,9%	8,1%
Depósitos por Balcão												
Total (milhares €)	50 672	55 766	63 753	72 873	60 838	73 098	97 207	103 497	39 251	43 601	43 168	54 042
Taxa de variação anual	-	10,1%	14,3%	14,3%	-	20,2%	33,0%	6,5%	-	11,1%	-1,0%	25,2%
Produto Bancário por Balcão												
Total (milhares €)	1 400	1 272	1 640	2 031	2 280	2 494	3 347	3 704	3 667	3 537	3 526	3 630
Taxa de variação anual	-	-9,1%	29,0%	23,8%	-	9,4%	34,2%	10,7%	-	-3,6%	-0,3%	2,9%

Fonte: IFs, APB. Nota: A amostra exclui um Associado cuja natureza da atividade é muito específica.

^{a)} Inclui o número de balcões e colaboradores em Portugal, bem como das sucursais e dos escritórios de representação no exterior ^{b)} Equivale à média aritmética entre o ativo do período n e o ativo do período n-1.

VIII. Análise da Atividade Internacional¹⁸

A análise da atividade internacional foi realizada com base na agregação da atividade consolidada de sete grupos bancários associados (BCP, BPI, CGD, Montepio, Novo Banco, BIG e Haitong). O ativo líquido total da atividade internacional destas IFs ascendeu a 47,8 mil milhões de euros, registando um crescimento de 8,3% face a 2021 (+3,6 mil milhões de euros) o que contraria a tendência de redução verificada nos últimos dois anos.

O ativo da atividade internacional dos Associados passou a representar 15,8% do ativo total consolidado, o que compara com 14,3% em 2021.

Tabela 18: Evolução do balanço consolidado relativo à atividade internacional (2019-2022)

	2019	2020	2021	2022
Ativo Agregado				
Total (milhões €)	46 057	44 497	44 142	47 786
Taxa de variação anual	-	-3,4%	-0,8%	8,3%
Em % do total do ativo líquido consolidado	17,5%	16,6%	14,3%	15,8%

Fonte: IFs, APB.

Em termos de rendibilidade, o contributo da atividade internacional continuou a ser positivo, tendo o respetivo resultado líquido (RL) totalizado 216 milhões de euros, que compara com 252 milhões de euros obtidos em 2021 (-14,3%).

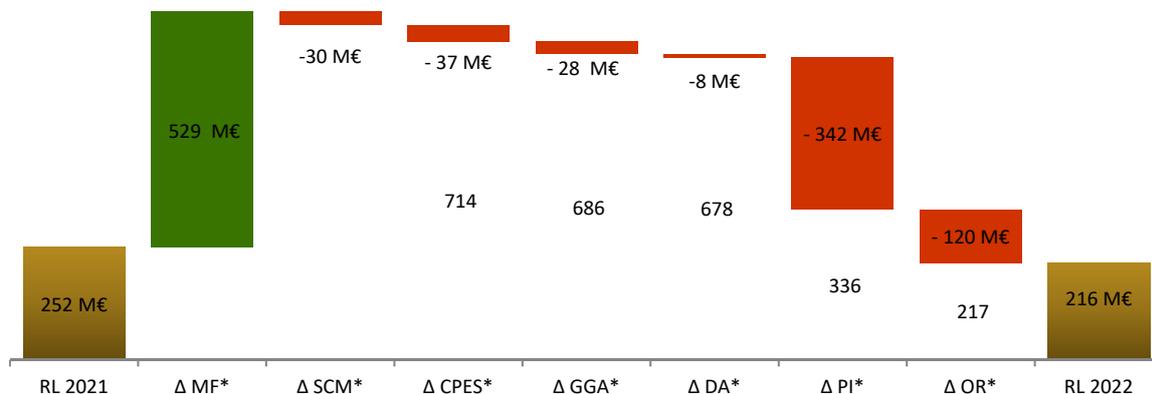
¹⁸ A atividade internacional inclui a atividade desenvolvida pelas filiais.

Tabela 19: Evolução da demonstração dos resultados consolidados relativos à atividade internacional (2019-2022)

	2019	2020	2021	2022
Margem Financeira				
Total (milhões €)	1 249	1 142	1 240	1 769
Taxa de variação anual	-	-8,6%	8,6%	42,7%
Em % do total da margem financeira consolidada	30,9%	29,5%	31,6%	34,9%
Produto Bancário				
Total (milhões €)	1 688	1 560	1 668	2 167
Taxa de variação anual	-	-7,6%	6,9%	29,9%
Em % do total do produto bancário consolidado	28,9%	28,4%	26,1%	28,4%
Custos Operativos				
Total (milhões €)	846	759	729	802
Taxa de variação anual	-	-10,4%	-3,9%	10,0%
Em % do total dos custos operativos consolidados	24,1%	23,4%	23,3%	22,4%
Provisões e Imparidades				
Total (milhões €)	327	495	672	1 014
Taxa de variação anual	-	51,4%	35,8%	50,9%
Em % do total das provisões e imparidades consolidadas	24,0%	18,6%	36,7%	63,7%
Outros Resultados				
Total (milhões €)	-164	-147	-15	-135
Taxa de variação anual	-	-10,2%	-89,7%	s.s.
Em % do total dos outros resultados consolidados	41,0%	53,3%	6,8%	29,8%
Resultado Líquido				
Total (milhões €)	351	160	252	216
Taxa de variação anual	-	-54,5%	58,0%	-14,3%
Em % do total do resultado líquido consolidado	81,7%	-26,4%	20,9%	10,7%

Fonte: IFs, APB.

Gráfico 46: Contributo dos componentes do RL da atividade internacional para a variação do mesmo entre 2021 e 2022



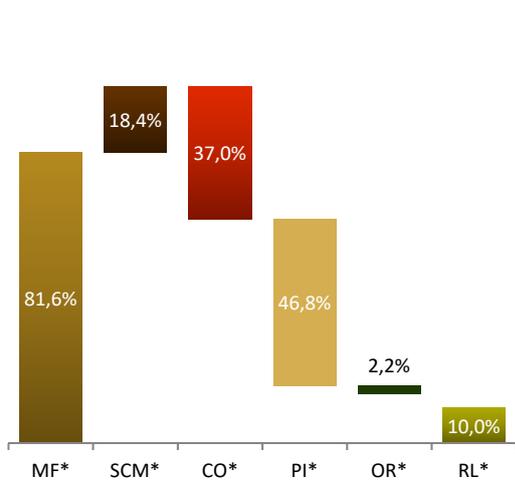
Fonte: IFs, APB.

Nota: * Δ MF – variação da margem financeira; Δ SCM – variação dos resultados de atividades de serviços a clientes e de mercado; Δ CPES – variação dos custos com pessoal; Δ GGA – variação dos gastos gerais administrativos; Δ DA – variação das depreciações e amortizações; Δ PI – variação das provisões e imparidades, Δ OR – variação de outros resultados.

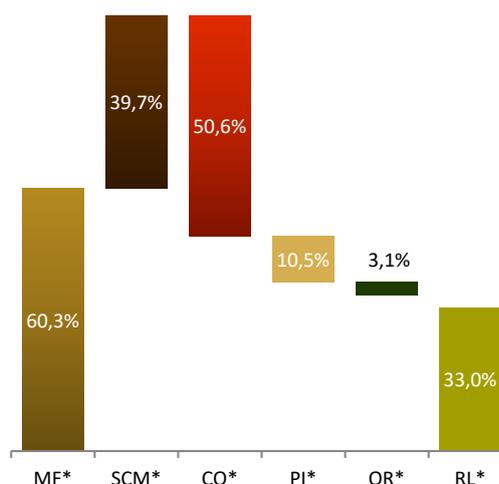
Em termos comparativos, a estrutura de resultados da atividade internacional apresenta diferenças significativas relativamente ao segmento doméstico, sendo de destacar a maior preponderância relativa da margem financeira na atividade internacional e um peso bastante inferior das atividades de serviços a clientes e de mercado e dos custos operacionais. As provisões e imparidades apresentam, em 2022, um peso bastante superior na atividade internacional em comparação com a atividade doméstica, essencialmente devido à constituição de imparidades por parte de um associado, em particular.

Gráfico 47: Decomposição do RL em percentagem do produto bancário, 2022

a) Atividade internacional



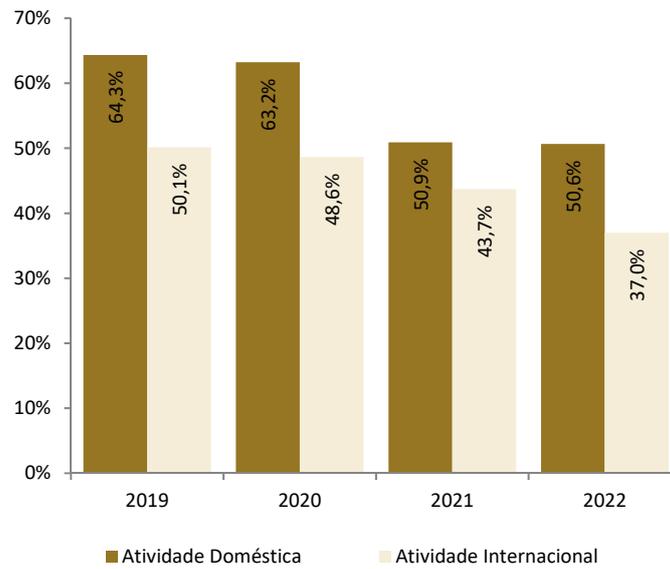
b) Atividade doméstica



Fonte: IFs, APB.

Nota: * MF – margem financeira; SCM – atividades de serviços a clientes e de mercado; CO – custos operacionais; PI – provisões e imparidades; OR – outros resultados; RL – resultado líquido.

Gráfico 48: Rácio de eficiência: atividade doméstica vs. Internacional (2019-2022)



Fonte: IFs, APB.

Nota de Agradecimentos

A Associação Portuguesa de Bancos agradece a todos os Associados o seu contributo para a elaboração do presente Relatório de Análise da Atividade Bancária.

Ao Banco de Portugal, a Associação Portuguesa de Bancos agradece a disponibilização da informação necessária à elaboração da análise de representatividade dos seus Associados no conjunto do sistema bancário português.

A Associação Portuguesa de Bancos agradece também à SIBS – *Forward Payment Solutions* a informação disponibilizada para efeitos da elaboração de parte do capítulo sobre os indicadores de cobertura bancária.

Lista de instituições financeiras que integram o conjunto de Associados da APB

Instituições financeiras – Domésticas

Instituições financeiras	Designação do Grupo para efeitos de apresentação de contas consolidadas
Banco BIC Português, S.A.	
Banco Comercial Português, S.A.	Grupo Banco Comercial Português
Banco ActivoBank, S.A.	
Banco CTT, S.A.	Grupo Banco CTT
Banco de Investimento Global, S.A.	Grupo Banco de Investimento Global
Banco Finantia, S.A.	Grupo Banco Finantia
Banco Invest, S.A.	Grupo Banco Invest
Banco Carregosa, S.A.	
Caixa Central - Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL (SICAM - Sistema Integrado de Crédito Agrícola Mútuo)	Grupo Crédito Agrícola
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria	
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra	
Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo	
Caixa Económica Montepio Geral	Grupo Caixa Económica Montepio Geral
Montepio Investimento, S.A.	
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	Grupo Caixa Geral de Depósitos
Caixa - Banco de Investimento, S.A.	Grupo Caixa – Banco de Investimento
Novo Banco, S.A.	Grupo Novo Banco
BEST – Banco Eletrónico de Serviço Total, S.A.	
Novo Banco dos Açores, S.A.	

Instituições financeiras – Filiais

Instituições financeiras	Designação do Grupo para efeitos de apresentação de contas consolidadas
Banco BPI, S.A.	Grupo BPI
Banco Credibom, S.A.	Grupo Banco Credibom
Banco Santander Totta, S.A.	Santander Totta, SGPS, S.A.
Haitong Bank, S.A.	Grupo Haitong Bank

Instituições financeiras – Sucursais

Instituições financeiras	Designação do Grupo para efeitos de apresentação de contas consolidadas
ABANCA Corporación Bancaria, S.A. – Sucursal em Portugal	
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S.A.	
Bankinter, S.A. – Sucursal em Portugal	
BNP Paribas – Sucursal em Portugal	
Deutsche Bank, AG – Sucursal em Portugal	
WiZink Bank, S.A. – Sucursal em Portugal	

Fonte: APB.

APB ASSOCIAÇÃO
PORTUGUESA
DE BANCOS

Associação Portuguesa de Bancos
Avenida da República 35 - 5º | 1050-186 Lisboa | Portugal
Tel. 21 351 00 70 | Fax. 21 357 95 33 | apbancos@apb.pt | www.apb.pt